

José Cruz - ABr



Governo volta a mentir que a Previdência é deficitária

CNI registra em setembro queda geral na indústria: emprego, renda, faturamento, etc

O faturamento industrial recuou pelo segundo mês consecutivo. O emprego e as horas trabalhadas caíram 0,1%. A utilização da capacidade instalada também recuou, assim como o rendimento real e a massa salarial. Para CNI, a “recuperação” perdeu fôlego em setembro. **P. 2**

Wilson Dias - ABr



Gênio que preside BC diz que há mais camelôs porque a economia melhora

Para o presidente do BC, o crescimento do emprego informal - biscate, camelô, trabalho por conta própria e o sem carteira de trabalho - significa “recuperação” da economia. “Quando se sai da recessão, começa a gerar emprego assim”, declarou o banqueiro Ilan Goldfajn. Quando se está em crise também. **Página 2**

Ministro insulta todo comando da PM do Rio e Temer endossa

Membro de um dos governos mais corruptos da história, onde o presidente da República é acusado de ser o “chefe da quadrilha”, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, afirmou que “Comandantes de batalhão são sócios do crime organizado no Rio”. Sem tomar providência, Temer endossou o ministro. **P. 4**

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.585 3 a 7 de Novembro de 2017



1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Só em 2016, 92 bi foram tirados da Seguridade para queimar com juros

O déficit da Previdência – que Meirelles, Temer e outros bandidos voltaram a assacar nos últimos dias – é tão falso quanto qualquer coisa que esses escroques afirmem. O que existe na Previdência é desvio, não é déficit. Entre 2005 e 2015, foram desviados, pelo governo,

R\$ 519 bilhões. Em 2016, com o aumento do desvio (a chamada DRU) de 20% para 30%, foram tirados R\$ 91,8 bilhões. Além disso, as “desonerações da folha” não passavam – e não passam – de uma forma de tirar dinheiro da Previdência para os monopólios, sobretudo os multinacionais. **Página 2**

Randolfe denuncia conluio PT e PMDB para atacar a Lava Jato

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) denunciou que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da JBS “transformou-se numa farsa dos investigados para tentar barrar a Operação Lava Jato”. Randolfe disse isso ao apresentar sua renúncia ao cargo que ocupa na CPMI. “A CPI é uma farsa montada para desqualificar os procuradores

da República e destruir a Lava Jato e as demais investigações no país. Não encontro alternativa para atuar nessa CPI”, afirmou o senador. Outros senadores, entre eles Ricardo Ferraço, do PSDB, e Otto Alencar (PSD-BA) já haviam deixado a CPMI e denunciado a farsa, quando a relatoria da comissão foi ocupada pelo “cão de guarda” de Michel Temer

na Câmara Federal, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS), ex-integrante da tropa de choque do presidiário Eduardo Cunha. O senador da Rede também condenou a aliança dos parlamentares do PT na comissão com o PMDB com a finalidade de proteger os corruptos e atacar quem quer investigar os crimes. “É uma coalizão do PT e do PMDB”, afirmou. **P. 3**



Marcos Oliveira - AS



Gilmar segura Cabral no Rio, mas MP acaba com cineminha

Segundo o Ministério Público, Cabral tem privilégios na prisão estadual, que incluem refeições diferenciadas e a instalação de um cinema particular, que foi desinstalado após a denúncia do MP. **Página 4**

A Argentina quer saber: quem matou Maldonado?

Uma multidão lotou a Praça de Maio, em Buenos Aires, para exigir “Justiça e Verdade” para o assassinato do jovem Santiago Maldonado, que esteve desaparecido por 78 dias. **Página 6**

Governo ataca Previdência para desviar recursos para os bancos

Produção industrial retrocede a níveis de 2009, diz IBGE

A produção das indústrias do país em setembro deste ano retrocedeu a níveis de março de 2009, ano da crise financeira, e permanece 17,4% abaixo do seu pico histórico de 2013 – mas, para o governo, o país trilha uma “trajetória de crescimento”.

Segundo dados da Produção Industrial do IBGE, após registrar queda de 0,7% em agosto, o volume de produção teve variação praticamente nula, de 0,2% em setembro. Se o setor produtivo não consegue nem ao menos vencer a variação mensal, onde está a tal recuperação?

Esperar que o setor produtivo “ancore o crescimento nos ajustes do governo”, como declarou recentemente o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é pura demagogia. Pois, o resultado do ajuste de Temer baseado no corte de investimentos e arrocho da demanda, tem sido o fechamento de empresas e o endividamento insolvente.

Das 24 atividades analisadas pelo IBGE na pesquisa, oito tiveram alta em setembro na comparação com agosto, mais um dado que se opõe à pretensa campanha de recuperação.

Entre as atividades que cresceram no mês, as maiores contribuições vem da produção de derivados de petróleo e biocombustíveis (6,7%) e de veículos (1%), que só cresceram por conta do resultado das exportações.

Enquanto isso, os setores de bens de consumo e de bens de capital (que mede os investimentos do setor produtivo), tiveram em apenas um mês retração de -1,8% e -0,8% em setembro frente a agosto.

Bradesco lucra mais 7,8% com país em recessão

O lucro líquido do Bradesco no terceiro trimestre do ano foi de R\$ 4,810 bilhões, o que representa um aumento de 7,8% em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 4,462 bilhões). Em relação ao trimestre anterior - de abril a junho, a alta nos lucros é de 2,3% (R\$ 4,704 bilhões), segundo balanço do banco divulgado na quarta-feira (1).

Contribuíram para esses resultados auspícios para o banco as receitas com prestação de serviços, com taxas e tarifas extorsivas de toda ordem impostas aos correntistas. O banco obteve R\$ 7,8 bilhões nesse



Meirelles e Temer de olho na superavitária Previdência

CNI: todos os indicadores da indústria caem em setembro

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou os indicadores industriais de setembro, com recuo generalizado, o que demonstra que “os resultados evidenciam as dificuldades que a indústria vem atravessando para mostrar uma trajetória sustentada de crescimento”.

Após recuar 1,1% em agosto, o faturamento real da indústria caiu 0,9%. No acumulado de janeiro a setembro, ficou 2,9% menor que no mesmo período do ano passado.

O emprego na indústria de transformação repetiu o resultado de agosto, recuo de 0,1%, com ajuste sazonal. Já no acumulado do ano até setembro o emprego industrial é 3,4% inferior na comparação com o mesmo intervalo de 2016.

Ante agosto, as horas trabalhadas na produção recuaram 0,1%, na série com ajuste sazonal, e no acumulado entre janeiro e setembro de 2017 a queda foi de 3%, em relação

com igual período do ano anterior.

A massa salarial real paga pela indústria diminuiu 1,2% na comparação com agosto, após o ajuste sazonal. No período janeiro-setembro do ano o recuo é de 2,4% ante o mesmo período de 2016.

O rendimento médio real caiu 2,2% frente a agosto, na série com ajuste sazonal, mas o acumulado no ano ficou 1,1% maior que o registrado em igual período do ano passado.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) ficou em 77,5%, com ajuste sazonal, o que representa queda de 0,2 ponto percentual na comparação com agosto. A utilização média em 2017 até setembro é de 77,2%, percentual idêntico ao registrado em 2016.

Segundo a CNI, “essa falta de uma sequência de resultados positivos mantém a indústria em níveis inferiores ao registrado em igual período de 2016”.

deste ano R\$ 13,65 bilhões, algo equivalente a 35 mil apartamentos de 2 dormitórios em bons bairros de São Paulo.

O espetacular desempenho dos bancos, com lucros estratosféricos e um retorno do capital investido extraordinários, resultam da drenagem doentia dos recursos da sociedade feita pelo sistema financeiro e que cada vez mais confronta com o encolhimento da economia, com os 13 milhões de desempregados, o endividamento das famílias, a inadimplência das empresas entre outras mazelas.

J. AMARO

Atraso em licitação beneficia empresa que Temer é acusado de favorecer, diz tribunal

O Tribunal de Contas da União (TCU) detectou que o governo federal vem atrasando a licitação para exploração de um terminal no Porto de Santos e que isso beneficia uma empresa do grupo Rodrimar que opera na área. Um inquérito em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) investiga se decreto dos portos editado por Temer neste ano beneficiou o grupo empresarial.

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil informou ao TCU que não há obstáculos à licitação da área explorada pela Pérola, empresa formada pela Eurobras, que pertence ao grupo Rodrimar. Mesmo assim, informações do tribunal apontam para a publi-

cação do edital somente em 25 de julho de 2018, com assinatura de contrato em fevereiro de 2019. A Pérola segue operando na área, sem licitação.

O TCU constatou que o governo também demorou a discutir a assinatura de um contrato de transição com a Pérola, procedimento permitido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Segundo a Corte, depois de uma disputa judicial, o governo poderia ter assinado o contrato de transição desde novembro de 2016. Porém, medidas nesse sentido só começaram a ser adotadas em julho deste ano.

O ministro Bruno Dantas, relator do processo, determinou inspeção no Ministério

dos Transportes e na Antaq, para analisar por que não houve “imediata licitação da área”. “Não se pode olvidar que o mero transcurso desse prazo, sem a devida urgência que o caso mereceria, está possibilitando que a arrendatária obtenha, na prática, o que pleiteia administrativa e judicialmente”, aponta.

Na semana passada, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, encaminhou ao STF parecer favorável à continuidade das investigações sobre a atuação de Temer em benefício da Rodrimar. O presidente é suspeito de ter cometido os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O inquérito foi instaurado em setembro.

Somente a receita prevista das contribuições destinadas à Previdência e outros setores da Seguridade social, este ano, é R\$ 637 bilhões

Nos últimos dias, toda a cleptocracia homiziada no Planalto e suas adjacências – Temer, o Meirelles da JBS, aquele funcionário do Itaú que foi nomeado presidente do Banco Central, o turista Rodrigo Maia, etc. & etc. – voltou a falar no terrível déficit da Previdência, que assola os berçários e as casas de família, tal como fazia o famoso Papa-figo, que comia o fígado das crianças lá em Pernambuco.

O déficit da Previdência e o Papa-figo têm algo em comum: não existem.

Tanto é verdade que, agora, o déficit, como o papa-figo, tornou-se matéria de crença. Foi o que declarou, no Senado, há poucos dias, o sr. Henrique Meirelles, o financista favorito da JBS. Disse ele: “*todos nós podemos chegar a conclusões totalmente diferentes* [sobre as contas da Previdência]”.

Logo, o déficit da Previdência existe porque Meirelles acredita nele. Fora essa crença, ele não tem existência objetiva.

Mas também é mentira. Meirelles não acredita em nada, muito menos no “déficit da Previdência”. Apenas, quer avançar sobre o dinheiro que pertence aos trabalhadores, isto é, o dinheiro da Previdência.

Aliás, o motivo pelo qual toda essa quadrilha quer atacar a Previdência – e ainda chama esse roubo de “reforma da Previdência” – é porque existe dinheiro lá. Nenhum deles quer meter a mão na Previdência porque não há dinheiro nela. Temer, Meirelles & cia. são ladrões, não malucos – desses que, segundo outra lenda, rasgam dinheiro.

Somente em 2016, com o aumento do desvio das receitas de impostos e contribuições (a chamada DRU) de 20% para 30%, o governo tirou R\$ 91,8 bilhões da Previdência.

Entre 2005 e 2015, pelo mesmo mecanismo, o governo saqueou a Previdência em R\$ 519 bilhões.

Portanto, entre 2005 e 2015, só pelo desvio da DRU (iniciais de “desvinculação de receitas da União”), R\$ 610,8 bilhões foram tirados da Previdência.

Os números são dos profissionais que fiscalizam a Previdência: os auditores da Receita Federal.

Por aqui se vê o que valem as arengas sobre um suposto déficit da Previdência, que impressionam tanto algumas senhoritas e cavalheiros, tão assanhados em bajular, quanto completamente tapados.

Mas isso não é tudo. Em 2017, a Lei Orçamentária, enviada ao Congresso, estabeleceu isenções para empresas, sobre as fontes de receita da Previdência, que somam 151 bilhões, 27 milhões, 87 mil e 205 reais. Assim:

PIS-PASEP: R\$ 12.719.768.365;
CSLL: R\$ 11.791.567.019;
COFINS: R\$ 64.022.703.290;
Contribuição para a Previdência: R\$ 62.493.048.531;

TOTAL DAS ISENÇÕES: R\$ 151.027.087.205 (cf. Receita Federal, “Demonstrativo de Gastos Tributários 2017”, pp. 79, 86, 89 e 100).

Portanto, R\$ 151 bilhões, em um único ano, segundo a previsão oficial da Receita Federal, serão tirados da Previdência, até dezembro, e passados para esses aproveitadores.

Quase não é preciso dizer que esses aproveitadores, em maioria, também não pagaram nos anos anteriores, em que Dilma isentou 59 setores da economia de contribuir para a Previdência (cf. ANFIP, “Previdência: reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira”, 2017, p. 13).

Com tanto desvio da Previdência, somente um depravado, como Meirelles,

que agasalhou bilhões em dinheiro público – e sujo – na JBS, seria capaz de falar de déficit da Previdência. Quando foi que sua rede de empresas-fantasma, descobertas durante o caso Banestado, pagaram algum níquel de imposto?

O relatório da recente CPI da Previdência, uma dissecação do setor em 304 páginas, também conclui, com provas abundantes, que o suposto déficit da Previdência não existe. O que existe é desvio.

E, claro, com a recessão provocada por Meirelles e Temer, 1,4 milhão de trabalhadores deixaram de contribuir com a Previdência, porque foram demitidos.

Além disso, existe uma corte de nababos que não contribuem ou contribuem muito pouco para a Previdência. Assim, os exportadores pagam nada – absolutamente nada – à Previdência. Estão isentos, desde 2001, pela Emenda Constitucional nº 33, que incluiu o parágrafo 2º do artigo 149 na Constituição (“As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”).

Quanto aos proprietários rurais que vendem mercadorias dentro do país, sua contribuição é ridícula (2,5% sobre a renda da comercialização de sua produção, no caso das empresas agrícolas, e 1,2% no caso dos fazendeiros individuais). Mas, boa parte nem isso paga: meramente, sonega.

No último dia 12 de setembro, R\$ 17 bilhões de dívidas de proprietários rurais com a Previdência (Furrrural) foram abduzidas – mas não por um disco voador, e sim por um projeto, aprovado pelo Congresso e sancionado por Temer; da filo-petista Kátia Abreu, a escravagista de esquerda. A lei Kátia Abreu proibiu a cobrança dessa dívida com a Previdência.

Dezoito dias depois, o próprio Meirelles prorrogou o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, estabelecido por medida provisória este ano, até dia 31 de dezembro. Esse extraordinário programa parcela as dívidas dos proprietários rurais com a Previdência em 176 parcelas “com descontos de multas e juros que chegam a até 90%, desde que o optante pague 4% da dívida, sem reduções, até dezembro de 2017” (cf. assanhados da Receita Federal, 02/10/2017).

Há poucas questões em que o cinismo, a falta de vergonha, e a vontade de roubar o povo, estejam tão concentradas quanto nas tentativas de saquear as aposentadorias dos trabalhadores – isso que aparece, em alguns jornais ou na TV, sob o falso rótulo de “reforma da Previdência”. Todas as ratanzanas e insetos da República dizem que é preciso fazer essa suposta “reforma da Previdência”.

Somente a receita prevista das contribuições destinadas à Previdência e outros setores da “seguridade social” para este ano, é R\$ 637 bilhões (cf. STN, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, setembro/2017, p. 39).

O total da receita da “seguridade social”, prevista pela Lei Orçamentária de 2017, é R\$ 668 bilhões (cf. LOA 2017, vol. 1, p. 340).

E esse dinheiro que eles querem sugar. Para amealhar em suas contas no exterior e para transferir aos bancos privados, como juros. Este ano, o setor público já entregou aos bancos, fundos e outros especuladores financeiros, R\$ 303.126.856.677 (303 bilhões, 126 milhões, 856 mil e 677 reais).

Mas eles querem mais. Falta combinar com o povo brasileiro e fazê-lo concordar em ter o seu couro arrancado. Não costuma dar certo. Muito menos quando se trata de um governo que é apenas uma quadrilha (ou várias), repudiado por 97% da população.

CARLOS LOPES



Reprodução

Para o presidente do BC, crescimento do emprego informal é “recuperação”

O desemprego no país cresceu 7,8% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, o que significa que mais de 939 mil pessoas foram para o olho da rua em um ano como resultado da crise econômica que a cada dia se aprofunda graças à política de Temer. A taxa de desocupação, de 12,4% no trimestre encerrado em setembro representa, em números, um universo de 13 milhões de desempregados.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), cujas estatísticas passaram a ser o retrato, ainda não muito preciso, do crescimento perverso do desemprego e da informalidade do país.

Divulgada no dia 1º pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pnad mostrou que dos 91,3 milhões de pessoas ocupadas no período, 22,9 milhões trabalhavam por conta própria (aumento de 1,8% com relação ao segundo trimestre do ano); e 10,9 milhões eram empregados sem carteira assinada (mais 2,3% sobre o trimestre anterior).

O trabalho com carteira assinada, por sua vez, atingiu no trimestre de julho-agosto-setembro o seu menor patamar da série histórica da Pnad: 33,3 milhões de vagas – que é 810 mil a menos do que um ano atrás, por exemplo.

O aumento do número de pessoas que sem encontrar trabalho digno se submetem à situação degradante dos chamados “bicos” – que é o que constitui o trabalho informal – nada mais é do que o sintoma da profunda crise econômica. Para o governo que tenta se aproveitar de qualquer coisa para validar sua campanha de “fim da recessão”, o aumento da informalidade é, ao contrário de uma tentativa desesperada de sustento quando não restam alternativas, um sintoma da “recuperação”.

“Foi colocado aqui que a taxa de desemprego está caindo por conta do emprego por conta própria ou sem carteira. Isso é verdade, mas na recuperação se dá assim. Quando se sai da recessão, começa a gerar emprego assim”, afirmou o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, ao propagandear a redução de 0,6 ponto percentual na taxa de ocupação em relação ao trimestre de abril a junho de 2017 (de 13,0% para 12,4%).

“Mas quem está crescendo?”, questionou Cimar Azeredo, responsável pela pesquisa. “O emprego sem carteira e conta própria, que são marcados pela informalidade”. “Na comparação com o mesmo período de 2014, o Brasil perdeu 3,4 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada”, ressaltou.

Trabalhar sem carteira assinada também significa salários mais baixos, perda de direitos como o FGTS e seguro-desemprego, além da restrição de licença e férias remuneradas – entre outros ataques aos direitos dos trabalhadores. Sem contar a redução consequente de contribuições para a Previdência (ler matéria na página).

PRISCILA CASALE

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Brasília (DF): Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Untingá - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Marcelo Camargo/ABR

Relator da Lava Jato no Supremo Fachin envia para juiz Moro denúncia dos cúmplices de Temer sem foro privilegiado

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator da Lava Jato na corte, desmembrou o processo por organização criminosa e obstrução da Justiça envolvendo Temer e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria Especial da Presidência). O ministro enviou para o juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância, em Curitiba, as investigações dos outros acusados sem foro privilegiado.

Foi para Moro parte da denúncia por organização criminosa referente ao ex-deputado cassado Eduardo Cunha, ao ex-ministro Henrique Eduardo Alves, ao ex-deputado Geddel Vieira Lima e Rodrigo Rocha Loures, o homem da mala de Temer.

Eles foram acusados pelo então procurador-geral da República Rodrigo Janot por formar um grupo criminoso do PMDB que atuava na Câmara dos Deputados, oferecendo vantagens indevidas a empresas em órgãos públicos, em troca de propinas para o financiamento de campanhas.

Para a Justiça Federal no Distrito Federal foi a parte de denúncia pelo crime de obstrução de Justiça que envolve Joesley Batista, Ricardo Saud, Lúcio Funaro, Roberta Funaro, Eduardo Cunha e Rodrigo Rocha Loures. Eles são acusados de participar de um esquema para comprar o silêncio de Funaro, evitando que o operador financeiro fechasse um acordo de delação premiada.

"A necessidade de prévia autorização da Câmara dos Deputados para processar o Presidente da República e Ministros de Estado não se comunica aos corrêus", disse Fachin na decisão, divulgada na quarta-feira (1º de novembro), reproduzida pela matéria da Agência Brasil.

Após a Câmara dos Deputados rejeitar a tramitação da denúncia contra Michel Temer e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco, Fachin oficializou a suspensão da tramitação da denúncia enquanto eles estiverem blindados pelo infame retrógrado foro privilegiado e ocuparem cargos no governo.

Randolfe: corruptos atacam MPF, juízes e polícia na CPMI da JBS

Marcelo Camargo/ABR



Moreira Mariz/Senado

Randolfe (no destaque) denunciou aliança do PT com Marun (falando) PT de Alagoas decide se abrigar de novo no governo do filho de Renan Calheiros

Em reunião de sua executiva estadual, na terça-feira (31/10), o PT de Alagoas aprovou resolução que autoriza abertura imediata de negociações para o retorno ao governo de Renan Filho (PMDB).

Segundo nota do PT-AL, o retorno será "com altivez, dignidade e respeito que são devidos ao Partido e seu legado, bem como iniciar uma ampla, democrática e responsável discussão sobre alianças visando o pleito de 2018".

"Não estamos tratando de uma aliança eleitoral para 2018. Estamos em uma disputa encarniçada de projeto político e programático", diz a nota assinada pelo presidente do PT-AL, Ricardo Barbosa.

Como é sabido, foi em nome de um "projeto político" que Dilma compôs a chapa com Temer nas eleições de 2010 e 2014. Como disse o vice em 2010, "não estamos fazendo um ajuntamento de pessoas, o PMDB está fazendo um ajuntamento de ideias".

Hoje estamos vendo o brilhante "ajuntamento de ideias" que Temer está aplicando no país.

O retorno do PT ao governo do PMDB em Alagoas teve as bênçãos de Lula. Em agosto, quando da caravana de Lula pelo Nordeste, Renan pai e Renan filho subiram no palanque do ex-presidente, em Penedo-AL.

Lula está sendo investigado na Lava Jato e Renan, ainda quando presidente do Senado, foi denunciado pelos crimes de corrupção passiva e

Arnaldo Faria de Sá: "roubaram aqui, roubaram lá e agora vão cobrar do servidor público aumento da contribuição de 11% para 14%"

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) reagiu com indignação à Medida Provisória que eleva a contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14%, assinada por Michel Temer na última segunda-feira (30). Ele denunciou que, além de penalizar o funcionalismo, o pior da medida é que ela atinge "até os aposentados".

"Os aposentados que através da PEC 555 iriam deixar de contribuir são obrigados a contribuir agora até 14%. Lamentável o tratamento que se dá.

Roubaram aqui, roubaram lá; ladrão pra cá, ladrão pra lá. E agora para descontar tudo isso que roubaram vão cobrar do servidor público", afirmou.

O deputado condenou também o adiamento do reajuste salarial previsto para os servidores públi-

cos em 2018. "Essa é a forma de tratar, inclusive aumentos já aprovados, por lei sancionada, que também não serão aplicados, serão adiados. Eu não sei qual é a vontade que esse governo tem de acabar com o serviço público", disse.

Divulgação



Divulgação

Léo da Silva Alves: agressão aos cidadãos Para jurista, propôr a extinção da Justiça do Trabalho 'é revanchismo'

O jurista Léo da Silva Alves vê como "revanchismo" a proposta de extinção da Justiça do Trabalho. Ele tem se posicionado nas redes sociais contra o que considera um ataque desnecessário ao Poder Judiciário e uma agressão aos direitos dos cidadãos.

"O país, em meio à corrupção, vive uma onda de retirar direitos das pessoas honestas e entregar o patrimônio público para multinacionais. Que se tirem, então, privilégios de minorias; e que sejam devolvidas para fora as empresas multinacionais que concorrem deslealmente com nossa indústria e lesam impunemente milhões de consumidores", diz o jurista, que é pré-candidato a presidente da República pelo Partido Pátria Livre (PPL). Ele tem apoio do Movimento Cívico Nacional, que é liderado pela advogada pernambucana Maria da Conceição de Moraes.

O professor afirma que a ideia de extinção da Justiça do Trabalho, a pretexto de enxugar custos, diminuindo o tamanho da máquina judicial, é uma reação mesquinha de parla-

mentares, atizados pelo governo, em represália a posicionamentos de juízes contra a reforma trabalhista.

Segundo Léo da Silva Alves, os litígios não deixarão de existir com a extinção da Justiça trabalhista e o bom senso recomenda que se mantenha o sistema que funciona há décadas pacificando as relações de trabalho.

"A extinção de um ramo especializado do Judiciário seria o golpe de morte aos trabalhadores do Brasil e um risco aos próprios empresários, lançados a um ambiente temerário de conflitos com reflexo na satisfação do empregado e na qualidade da produção", destaca.

Ele adverte que não se está nem pensando em reduzir gastos, nem em contribuir com a eficiência do Estado. "Para redução de despesas, há áreas de fácil ataque, dentro de uma administração incompetente e perdulária", observa. O jurista vê, ainda, a mão do grande capital nesta iniciativa, que, segundo ele, tem interesse em acabar com o legado construído pelo trabalhismo criado por Getúlio Vargas.

Tasso quase sai no tapa com tucanos mineiros

O clima voltou a esquentar no PSDB na terça-feira (31), quando uma reunião da bancada na Câmara terminou em bate-boca entre deputados que apoiam Temer e o senador Aécio Neves (MG) e o presidente interino do partido, senador Tasso Jereissati (CE). A briga ocorreu durante encontro convocado para

que uma empresa de propaganda apresentasse um plano de reestruturação da comunicação da sigla nas redes sociais.

"Esse PSDB desses caras não é o meu PSDB", desabafou Tasso, depois de ser peitado pelos deputados Domingos Sávio (MG), Paulo Abi-Ackel (MG) e Giuseppe Vecchi (GO).

Deputados repudiam redução da previsão de aumento do salário mínimo: "vergonha"

O deputado federal Júlio Delgado (PSB/MG) denunciou que o governo Temer rompeu com a política de valorização do salário mínimo em vigor no país. Na segunda-feira (30), o Ministério do Planejamento anunciou a redução de R\$ 969 para R\$ 965 a previsão do valor do salário mínimo para 2018, durante a apresentação de mensagem modificada da proposta de orçamento.

"Eu fui presidente de uma comissão que estipulou a questão do reajuste do salário mínimo de 2013 a 2023. Por 10 anos. Nós estamos na metade do cumprimento dessa meta que era o reajuste de ganho real mais meio por cento. E isso está

sendo rompido agora por esse governo", lembrou o parlamentar.

Esta é a segunda vez no ano que o governo reduz a previsão do salário mínimo para o ano que vem. Em agosto, a gestão peemedebista já havia recuado do valor de R\$ 979 para 2018 prometido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para o valor de R\$ 969.

Para o deputado Glauber Braga (Psol/RJ), é uma "vergonha" o governo ter feito essa revisão do valor previsto para o piso nacional no ano que vem e, ao mesmo tempo, "renegociar dívidas de deputados e senadores que são donos de empresas", para impedir que o presidente da República

seja investigado.

"Causa indignação esse tipo de comportamento à população brasileira e não é à toa que ela rejeita majoritariamente o governo do senhor Michel Temer, as ações que estão sendo tocadas por esse parlamento na sua blindagem", afirmou.

Em discurso na tribuna, Glauber Braga destacou que os deputados da base deveriam ter vergonha de prorrogar o Refis "e diminuir a previsão de aumento do salário mínimo do trabalhador brasileiro". "É isso que deveria causar revolta em vocês. Infelizmente isso não tem causado revolta nos senhores que defendem a todo custo o programa ilegítimo do governo", disse.

Rodrigo Maia e mais nove deputados fazem tour pelo exterior com diárias de R\$ 1.408

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), iniciou dia 27 de outubro uma viagem de nove dias para o exterior, acompanhado de mais nove deputados. A viagem tem sido duramente criticada, pelo fato de ser custeada pelos cofres públicos em um momento de grave crise econômica no país e com uma agenda recheada de "compromissos oficiais" de causar risos.

A única explicação para o tour, com paradas em Israel, Itália e Portu-

gal, talvez seja aliviar a tensão dos ilustres parlamentares - alguns deles acompanhados das esposas, uma vez que ocorre logo após a disputada votação que enterrou a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer.

Os trajetos aéreos estão sendo realizados com um avião da FAB. Além do custo aéreo, o dinheiro público envolvido inclui diárias para bancar hospedagem, transporte local e alimentação. Ela é de US\$ 428 (R\$ 1.408) para cada um dos deputados.

Cada um tem direito a cinco diárias, a um custo total de R\$ 90 mil.

Rádrio CBN ouviu conversa entre deputados que participam da comitiva, que revela contrariedade com a repercussão de gastos com viagem internacional. O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Baleia Rossi (SP), reclama da repercussão negativa.

A CBN teve acesso ao diálogo porque ligou para um dos deputados e ele não desligou o celular após a gravação da entrevista. O aparelho captou o áudio.

Senador da Rede denuncia complô do PT e PMDB para transformar comissão em perseguição aos procuradores

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) denunciou que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da JBS "transformou-se numa farsa dos investigados para tentar barrar a Operação Lava Jato". Randolfe disse isso ao apresentar sua renúncia ao cargo que ocupa na CPMI. "A CPI é uma farsa montada para desqualificar os procuradores da República e destruir a Lava Jato e as demais investigações no país. Não encontro alternativa para atuar nessa CPI", afirmou o senador.

Outros senadores, entre eles Ricardo Ferraz, do PSDB, e Otto Alencar (PSD-BA) já haviam deixado a CPMI e denunciado a farsa, quando a relatoria da comissão foi ocupada pelo "cão de guarda" de Michel Temer na Câmara Federal, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS), ex-integrante da tropa de choque do presidiário Eduardo Cunha, que depois trocou Cunha por Temer. Randolfe anunciou sua decisão quando a CPMI decidiu convocar o ex-chefe de gabinete da Procuradoria-Geral da República (na gestão de Rodrigo Janot), Eduardo Pelella, para prestar depoimento. "A intenção dos integrantes da CPI é destruir a Lava Jato", alertou Randolfe.

"Não encontro alternativa para atuar nessa CPI. É um espetáculo cirensense com um roteiro pronto. Não tenho mais condições", explicou o parlamentar. Em setembro, Pelella já havia sido convidado a falar na comissão, mas não atendeu ao pedido. Agora, a presença dele passou a ser obrigatória. O requerimento-provacação para transformar o convite em convocação foi apresentado pelo presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que assumiu o cargo logo após se reunir com Temer.

A convocação de Pelella foi classificada como um "absurdo institucional" pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Robalinho Cavalcanti. Ele argumenta que a CPI não pode convocar autoridades que participam de investigações em andamento, e disse que irá recorrer contra a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2012, o STF vetou a participação do então procurador-geral, Roberto Gurgel, na CPI do Cachoeira.

A Associação Nacional dos Procuradores da República também divulgou nota repudiando a convocação do ex-chefe de gabinete de Rodrigo Janot. "É um atentado à atuação independente do Ministério Público e um desvirtuamento do nobre instrumento que é uma CPI a convocação de um membro do MPF para prestar depoimento sobre fatos relacionados à sua função, principalmente em uma apuração ainda em andamento perante o Supremo Tribunal Federal, que pode implicar membros de Poderes do Estado e levar a revelação de documentos e provas ainda sob sigilo", diz a nota.

A farsa montada pelos corruptos é tão grave e irresponsável que, segundo a entidade, afronta o país inteiro e fere os parâmetros constitucionais. "Não é cabível o constrangimento imposto a um membro do MPF, quando se pretende obrigá-lo a prestar declarações sobre fatos protegidos por sigilo. Já foi dito por importante membro da Comissão que CPI buscaria 'investigar quem nos investiga'. Isto soa a vingança, a retaliação pura, e não é aceitável em um estado de direito e em um país que busca progredir pela atuação e respeito entre suas instituições", denunciam os procuradores.

Já na audiência da sessão da CPMI do dia 17 de outubro (terça-feira), o senador Randolfe Rodrigues teve sérios embates com Carlos Marun e com o deputado Paulo Pimenta, do PT do Rio Grande do Sul, quando denunciou que havia na CPMI uma coalizão entre PT e PMDB para atacar a Lava Jato. O senador da Rede foi provocado e atacado por Marun e teve que responder os ataques.

Na ocasião estava sendo inquirido pelos membros da comissão o procurador Angelo Goulart Villella. Randolfe questionou o procurador sobre trechos de um áudio de diálogo dele com advogados da JBS. Villella reclamou que sua defesa não teve acesso à gravação.

Em tom de provocação, o pe- tista Paulo Pimenta ironizou o

senador.

A seguir veja a resposta de Randolfe e trechos dos seus confrontos contra Pimenta e Marun, que atacaram o senador.

Paulo Pimenta (PT-RS) - Pede para o Senador, que ele tem.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Eu não tenho. O Deputado tem por acaso?

Angelo Goulart Villella - Ninguém ouviu.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - O Deputado tem alguma informação?

Paulo Pimenta (PT-RS) - Pelo que o senhor falou, eu tinha entendido que o senhor tinha o áudio.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Não, não. Não sei de onde V. Exª tirou isso.

Paulo Pimenta (PT-RS) - Eu entendi...

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Eu não entendi a provocação barata.

Paulo Pimenta (PT-RS) - Eu entendi mal. Entendi que o senhor estava com o áudio.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Provocação barata.

Paulo Pimenta (PT-RS) - O Senador está nervoso.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Não. Não estamos, não. *Aliás, há uma coalizão ampla aqui contra...* Se há alguém que está tranquilo aqui somos nós.

Paulo Pimenta (PT-RS) - A coalizão aqui é contra a banda podre do Ministério Público.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Não; é uma coalizão do PT e do PMDB.

Paulo Pimenta (PT-RS) - É uma coalizão contra a banda podre do Ministério Público.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - É uma coalizão do PT e do PMDB.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - O senhor e o Deputado Marun estão muito próximos.

Carlos Marun (PMDB-MS) - O senhor, por favor, não me cite, porque o senhor já tem dito muita asneira a meu respeito e já está passando do limite. Eu estou aqui...

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Isso é uma ameaça, Deputado?

Carlos Marun (PMDB-MS) - Eu não...

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Isso é uma ameaça?

Carlos Marun (PMDB-MS) - Eu só estou...

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Isso é uma ameaça?

Carlos Marun (PMDB-MS) - Eu não me dirigi a V. Exª. O senhor me respeite!

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - O senhor é um lambe-botas do Presidente da República.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - É um lambe-botas do Presidente da República.

Carlos Marun (PMDB-MS) - Lambe-botas é o senhor, seu vira-lata! Senadorzinho de quinta categoria!

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Bate-pau do Presidente Temer!

Carlos Marun (PMDB-MS) - Vira-lata!

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Cúmplice do Presidente Temer.

Carlos Marun (PMDB-MS) - Vira-lata é o que você é!

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Bate-pau!

Carlos Marun (PMDB-MS) - Você nem participa da CPI.

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Bate-pau do Presidente da República!

Carlos Marun (PMDB-MS) - Vira-lata da pior espécie!

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - Bate-pau de Temer!

Carlos Marun (PMDB-MS) - Vira-lata!

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - A pior espécie que há aqui é a do senhor.

Carlos Marun (PMDB-MS) - Porcaria!

Randolfe Rodrigues (RE-DE-AP) - O senhor não me intimida. O senhor não me intimida!

Wadih Damous, do PT do Rio de Janeiro, também atacou a colaboração premiada e tratou o procurador como vítima, hostilizando o Ministério Público Federal (MPF). "Talvez não fosse o caso, Dr. Angelo, já que o senhor, antes de ser vítima de uma delação irresponsável, enfim, se debruçou sobre o assunto doutrinariamente" (...), disse Wadih

SERGIO CRUZ

Brasil tem aumento de 27,9% no número de casos de sífilis

Falta de atendimento básico e de medicamentos para tratamento causaram a situação de epidemia

O Ministério da Saúde informou na última terça-feira (31), que o número de casos de sífilis em adultos aumentou 27,9% em 2016, em comparação com o ano anterior. Em gestantes o crescimento foi de 14,7%, enquanto a sífilis congênita (passada de mãe para filho durante a gravidez) cresceu 4,7%.

A diretora do Departamento de Vigilância Prevenção e Controle das DSTs, Adele Benzaken, afirmou que Brasil continua em situação de epidemia.

A contaminação por sífilis é mais expressiva entre adultos, com 87.593 mil casos registrados no ano passado. Para 2017, a projeção do Ministério de Saúde é de 94.460 registros. A detecção de sífilis em gestantes, a cada 1000 nascidos vivos, teve um aumento expressivo nos últimos 11 anos, saltando de 0,5 em 2005, para 11,2 em 2016.

Agora, depois de três anos de falta de penicilina no país, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse que o tratamento da doença está garantido em todo o país e que, apesar de o país ainda viver uma epidemia, a situação está controlada. “Os números não são os que gostaríamos, mas estamos com todas as condições de reduzir os índices”, destacou. Segundo o ministro a ação será intensificada em 100 municípios do país que concentram 60% dos casos de sífilis.

Desde 2014, a penicilina está em falta no Brasil, e o governo federal, quem faz a compra deste tipo de medicamento, não se mobilizou para resolver o problema, até o momento outros remédios estavam sendo usados para tratar a doença.

Mas para o secretário executivo do ministério, Antônio Carlos Nardi, “subir números não significa piora do diagnóstico, mas a melhora da expertise. Fora isso, há toda a questão do investimento na transmissão vertical, da gestante com o parceiro. Da garantia do sexo seguro, do acompanhamento e tratamento [dos dois]”.

Em julho do ano passado, por exemplo, a Secretaria

de Saúde do Estado de São Paulo publicou no “Diário Oficial”, uma nota técnica recomendando substituição da penicilina por ceftriaxona, para o tratamento de recém nascidos com sífilis congênita, mesmo afirmando que o remédio não era eficaz.

A nota dizia: “Ressaltamos que não há evidências da eficácia do uso da ceftriaxona no tratamento da sífilis congênita e esta medicação só está sendo indicada porque na falta da penicilina g cristalina e penicilina g procaína não há outra opção terapêutica”.

A situação de São Paulo é um retrato do que aconteceu no resto com país com três anos de escassez e falta do medicamento. Portanto, não é nenhuma surpresa que a situação chegasse à calamidade pública que está.

Aliás, o Ministério da Saúde já havia recomendado que o SUS usasse a penicilina disponível apenas para a sífilis congênita, e para outras doenças substituiu por outros antibióticos, mesmo com efeitos colaterais mais fortes nos pacientes.

A saúde está abandonada no país, sobretudo após os grandes cortes no orçamento do Ministério da Saúde, realizados a partir de 2014. Somente ano passado foram cortados 10 bilhões da pasta. Além da diminuição da compra do medicamento, foram reduzidas as campanhas de prevenção e combate.

Barros disse que investiu R\$ 13,5 milhões na compra de 2,5 milhões de frascos de penicilina benzatina e 450 mil do tipo cristalina – de uso infantil e vai destinar R\$ 200 milhões aos municípios para reforçar as ações de combate a controle da doença. Segundo o ministro, o montante será proveniente de emendas parlamentares.

A sífilis causa morte de cerca de 30% dos bebês infectados e quando não há tratamento durante a gravidez, além de vários problemas de desenvolvimento nas crianças que contraíram doença, pode gerar a microcefalia, surdez, cegueira, pneumonia, feridas no corpo, dentes deformados e problemas ósseos.

Grupo de oficiais da PM-RJ pede explicações sobre acusações de ministro da Justiça de Temer

O ministro da Justiça Torquato Jardim desrespeitou toda a categoria de policiais do Rio de Janeiro e afirmou que “Comandantes de batalhão são sócios do crime organizado no Rio”, ao Blog do Jósias, no portal UOL, na última terça-feira (31).

Para o ministro, o assassinato do tenente-coronel Luiz Gustavo Teixeira, comandante do 3º Batalhão no Méier, não foi um crime comum. “Esse coronel foi executado, ninguém me convence que não foi acerto de contas”, disse o ministro, segundo o site.

Os PMs do Rio de Janeiro são os que mais morrem no país. Apenas neste ano, mais de 100 policiais foram assassinados por criminosos.

As declarações de Torquato geraram grande revolta no Rio de Janeiro. Um grupo foi até o quartel-general da corporação, no centro da capital fluminense, exigir uma resposta firme do comandante-geral, Wolney Dias. Alguns oficiais ameaçaram até entregar os postos.

Um grupo de 44 oficiais da turma do coronel Luiz Gustavo Lima Teixeira, vai pedir providências à Justiça e ao Ministério Público Federal contra o ministro. Os oficiais também vão acionar a Comissão de Ética da Presidência da República para apurar a conduta de Torquato no trato com autoridades



Segundo o ministro da Justiça, PMs “são sócios do crime”

do estado, além do desrespeito à família de Teixeira. Apesar de diversos casos de policiais corruptos e envolvidos com o crime, a generalização de Torquato é um ataque a instituição e a categoria dos policiais, que também recebem um dos piores salários e condições de trabalho do país.

O ataque fica ainda mais absurdo vindo de um representante de um dos governos mais corruptos da história da República. Onde, o seu líder, Michel Temer, foi acusado de ser o “chefe da quadrilha”.



A contaminação por sífilis entre adultos foi de 87.593 mil casos no ano

Pezão repassa 50% da CEDAE para banco francês BNP Paribas

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) teve seu primeiro lote de ações leiloadas pelo governo de Luiz Fernando Pezão (PMDB) na última sexta-feira (27). 50% das ações da estatal foram entregues ao banco francês BNP Paribas por um empréstimo no valor de R\$ 2,9 bilhões, esse valor não chega a 9% dos seus ativos reais.

O banco BNP Paribas foi o único a apresentar lance para emprestar R\$ 2,9 bilhões ao governo fluminense, tendo como garantia até 50% das ações da Cedae. O empréstimo é uma antecipação de receita da privatização da estatal e faz parte do “Plano de Recuperação Fiscal” firmado pelo estado com o governo federal que tinha como uma de suas exigências a privatização da empresa. Com esse dinheiro, o Pezão diz que pretende colocar em dia os salários atrasados dos servidores, mas não tem perspectiva de como fará para os próximos não atrasarem.

O empréstimo tem duração de três anos e juros anuais de 10,7%. Caso o governo estadual privatize a Cedae antes deste período, poderá quitar a dívida antes e pagar os juros correspondentes ao período. O leilão foi realizado no auditório anexo do Palácio Guanabara, sede do governo do

estado, em Laranjeiras, na zona sul do Rio.

Logo no início da sessão, representantes de servidores apresentaram documentos pedindo participação e tentando impedir a sessão, como um grupo da Cooperativa dos Trabalhadores da Cedae.

O leilão aconteceu debaixo de protesto do começo ao fim. Desde o início da tarde de terça-feira centenas de servidores interditavam a Rua Pinheiro Machado, em Laranjeiras, na altura do Palácio Guanabara. O protesto durou mais de seis horas, provocou o adiamento do início do pregão.

A venda estava marcada para o dia 24, mas fora adiada duas vezes. A primeira vez para o dia 27 por causa de alterações técnicas no edital. Depois, foi suspenso por uma liminar, que foi derrubada dia 31 pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), André Fontes, após atender recurso da Procuradoria-Geral do Estado e permitiu a realização do leilão nesta quarta-feira.

Na contramão da última decisão judicial que permitiu o início da privatização da Cedae, um estudo realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SINTSAMA-RJ) lista, de forma detalhada, todo o patrimônio da estatal, e estipula que o valor da empresa é de R\$ 36 bilhões, além de R\$ 2

bilhões em restituições tributárias devidas pelo governo federal. Enquanto isso, o governo Pezão pretende negociar os papéis da estatal por apenas R\$ 3,4 bilhões.

O Sintsama-RJ destaca ainda um problema de longo prazo. O presidente do sindicato, Humberto Lemos, explica que o sistema de águas do Rio de Janeiro se mantém economicamente sustentável porque há uma compensação financeira entre os ramais de maior e menor lucratividade.

“Com a privatização, acaba esse benefício e quem mais vai perder são os municípios menores. Atualmente mais de 85% da arrecadação está na capital, e apenas quatro municípios dão lucro para a empresa”, escreveu. Sem a distribuição dos recursos arrecadados nessas áreas, mais de 60 cidades do Rio de Janeiro perderiam a capacidade de investimento saneamento básico.

Para o dirigente da entidade, no final vai sobrar para o poder público o pagamento pelos investimentos necessários reduzindo o valor de R\$ 3,5 bi para cerca de R\$ 1 bilhão, enquanto os acionistas ficarão ricos parasitando as regiões superavitárias. “Teremos um sistema permanentemente no vermelho, ou simplesmente deixaremos de servir água de qualidade para a população do interior”.

Gilmar Mendes deixa Cabral folgado no Rio, mas ele não terá o seu cineminha na cadeia

Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu ao pedido da defesa e suspendeu, nesta terça-feira (31), a transferência do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), para o presídio federal de Campo Grande (MS). Com a decisão, o peemedebista permanece preso no Rio. Segundo Mendes não há nada “relevante” para justificar a retirada de Cabral do estado.

A transferência foi ordenada após o ex-governador ter citado a família do juiz federal, Marcelo Bretas, em seu depoimento. O fato foi considerado como uma ameaça ao juiz que julga os processos da Lava Jato no estado e já condenou Cabral a 58 de prisão.

Esta é a primeira decisão de Gilmar Mendes depois da discussão com o ministro Luis Barroso na sessão plenária da quinta-feira (26). Na ocasião, Barroso denunciou que Gilmar é “leniente em relação à criminalidade do colarinho branco”.

Segundo o MP do Rio, Cabral tem acesso a privilégios na prisão estadual, que vão de informações às quais não deveria ter acesso, a regalias como refeições diferenciadas e a instalação de um cinema particular.

Preso desde 17 de novembro de 2016, Cabral é acusado de liderar uma organização criminosa que desviou uma fortuna de recursos públicos e ocupa uma cela na Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, na zona norte do Rio.

Após a notícia de que Cabral receberia a doação de home-theater, televisão de 65 polegadas, aparelho de DVD e centenas de filmes, o Ministério Público Federal abriu um inquérito na última terça-feira (31) para investigar a instalação dos equipamentos.

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) cancelou a instalação dos aparelhos na Cadeia, e doou todos os equipamentos para a organização Casa do Menor São

Miguel Arcanjo, que funciona em Tinguá, no município de Nova Iguaçu. Esse benefício ao ex-governador quase foi concretizado graças à bondade do ministro Gilmar Mendes.

Ainda segundo a Seap, os eletrônicos seriam doação da Igreja Batista do Méier. Porém, a instituição declarou que não autorizou nenhum tipo de doação a qualquer complexo penitenciário.

PACAEMBU Durante o clássico São Paulo e Santos, no último sábado (28), o Ministro Gilmar Mendes foi hostilizado e vaiado pela torcida. Ele estava no mesmo camarote do presidente do São Paulo, Leco. Quando a torcida percebeu sua presença, sobram gritos de vagabundo, corrupto e alguns palavrões. “Vergonha do Brasil, sai daí corrupto”, disse um dos torcedores. Depois, em coro, os torcedores o chamaram de ladrão. Os vídeos viralizaram na internet.

Sob atuação de lobistas, Senado aprova projeto que desregulamenta transporte e libera o Uber

O Senado aprovou na última terça-feira (31), por 46 votos a 10, e uma abstenção, o projeto que estabelece novas regras para regulamentar os aplicativos de transportes. Foram retiradas do texto as partes que mais tencionavam os aplicativos, entre elas obrigatoriedade de que os veículos ligados aos aplicativos tivessem placa vermelha e que os condutores fossem proprietários do carro.

O texto volta para a Câmara, que pode deixar as alterações feitas pelos senadores ou retomar o texto original. Após a análise dos deputados proposta seguirá para a sanção presidencial.

Os senadores também aprovaram uma emenda que derrubou a obrigatoriedade de que o serviço fosse autorizado pelo poder público de cada município e autorizou as cor-

ridas intermunicipais para os motoristas de aplicativos, que seguem proibidas para o taxi comum.

Na Esplanada e no Senado o dia foi marcado por protesto e embates entre taxistas e motoristas dos aplicativos.

Mas a resolução a favor do afrouxamento das regras para os aplicativos não partiu das ruas, e sim da visita que os representantes da UBER e do Cabify fizeram ao Senado. No caso da UBER, até seu presidente mundial, Dana Khosrowshahi, apareceu aqui no dia da votação e foi recebido pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, do líder do governo no Senado, Romero Jucá.

Enquanto isso, tribunais em todo o mundo estão analisando processos que exigem que essas empresas sejam responsabilizadas como empregadoras

desses motoristas, tanto pelas obrigações que esses têm, como pelo valor que deles é retido. No caso da Uber, 25% do valor da corrida é retirado do motorista, que chega a trabalhar mais de 15 horas por dia para garantir o sustento.

Mas apesar de Brasil ter 700 mil trabalhadores nessas condições, em sua imensa maioria recém desempregados, o debate a respeito das condições de trabalho dos motoristas que dependem desses aplicativos (seja de um limite para os descontos, de uma remuneração mensal mínima, ou da cobertura de seguros), passou longe. E continuará longe enquanto no Senado e no Congresso a lei seja ditada pelo lobby de empresas e malas de dinheiro. Nenhuma resolução realmente boa para os trabalhadores saiu daquele lugar.



Indecência

Em escandalosa manobra para cooptar parlamentares indecorosos, em troca de favores espúrios, Michel Temer conseguiu barrar a segunda denúncia na Câmara por 251 votos a 239, ou seja, 12 a menos dos conquistados na primeira acusação. Não podemos respeitar um governo chafurdado em acusações. O alto grau de indecência política foi a tônica que norteou, por exemplo, os comentários dos parlamentares Beto Mansur (PRB-SP), Carlos Marun (PMDB-MS) e Dacisio Perondi (PMDB-RS), os quais, sem escrúpulo e respeito ao povo brasileiro, declararam abertamente que a cooptação de parlamentares, em troca de favores, para manter o mandato de Michel Temer, era uma questão fechada e que aqueles que traissem o “acordo” sofreriam punição. Que vergonha! Todos aqueles políticos que denigrem a imagem da nação deveriam ser defenestrados da vida pública. Que organização criminosa política é essa que não respeita o povo brasileiro e tenta blindar elementos travestidos de políticos honrados, mas que não passam de impostores da República? Não podemos mais ser dominados pela macro-delinquência política aqui instalada. O país precisa ser passado a limpo. E essa corja política que blinda Lula, Dilma, Temer, Aécio etc. é a responsável pela continuação da corrupção no Brasil.

Júlio César Cardoso - Balneario Camboriú, SC

MTST e governo abrem negociação sobre área da ocupação São Bernardo

Após a marcha de mais de 20 mil trabalhadores Sem Teto até o Palácio dos Bandeirantes, o governo estadual decidiu abrir negociação sobre a área da Ocupação São Bernardo, onde mais de 7 mil famílias estão abrigadas.

Após uma caminhada de 25 km, por dez horas, lideranças do movimento se reuniram com secretários estaduais e receberam a promessa de recursos e de “uma solução negociada” para a ocupação.

O secretário estadual de Habitação, Rodrigo Garcia (DEM), aproveitou o fim da reunião (e as vésperas das eleições) e subiu no carro de som do MTST depois do encontro de duas horas, fazendo propaganda das ações do governador tucano. Garcia disse que a gestão está disposta a negociar e buscar uma solução pacífica e anunciou uma nova reunião com lideranças dos sem-teto na próxima semana. “Nos debruçamos sobre a ocupação de São Bernardo e do que depender do governo do Estado de São Paulo e de Alckmin a busca por uma solução pacífica e negociada será interessante”, disse.

O líder do MTST, Guilherme Boulos, disse que os acenos do governo Alckmin representam uma vitória do movimento. “Voltamos com sentimento de dever cumprido e avanço no processo de negociação”, afirmou. Segundo Boulos, tanto o secretário de Habitação, quanto o da Casa Civil, Samuel Moreira (PSDB), abriram um “real processo de negociação” junto ao governo do Estado e às famílias que estão na ocupação em São Bernardo do Campo há dois meses serão cadastradas na CDHU, companhia estadual de habitação.

Há dois meses os sem-teto instalaram 7 mil barracas de lona em um terreno de 60 mil metros quadrados, pertencente à MZM Construtora. A ocupação é uma das maiores da história do país e já recebeu visitas de dezenas de artistas e políticos. Na segunda-feira (30), o cantor Caetano Veloso foi impedido de realizar um show para as famílias no acampamento.

UMES-SP realiza mostra em homenagem a Geraldo Filme e ao aniversário do Bixiga

No último sábado (28) foi realizada na sede da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES), a Mostra Geraldo Filme - da Barra Funda à Saracura, que contou com a presença de Osvaldinho da Cuíca, Candinho, Cida Urbano e Niltes Lopes da Vai-Vai.

A mostra foi iniciada às 19h00, com uma exposição fotográfica contando a trajetória do sambista. As 20h00 começou a exibição do filme Geraldo Filme - crioulo cantando samba era coisa feita do CPC-UMES. Simultaneamente estava sendo projetado na parte externa do prédio o programa Ensaio da TV Cultura. Ainda junto à exposição, ocorreu uma colagem de lambe-lambes com trechos das músicas do artista.

Para a diretora de Cultura da UMES, Keila Pereira, a mostra representa “aquilo que é a essência do Centro Popular de Cultura, levar ao público o que realmente é a cultura popular; feita de gente do povo para o povo. Isso era o Geraldo.”

Era comum em Geraldo, registrar em suas músicas seu orgulho de ser sambista e negro. Por ser considerado um militante da causa negra estavam presentes Cleide Almeida e Marilza de Carvalho, ambas do CNAB (Congresso Nacional Afro-Brasileiro).



Mostra aconteceu na sede da entidade



Emprego com carteira segue em queda

Com aumento do desemprego e subemprego, 1,4 milhão deixam de contribuir com a Previdência

Cerca de 1,4 milhão de trabalhadores deixaram de contribuir com a Previdência Social desde 2014, conforme dados divulgados pelo IBGE nesta terça-feira (31).

Os dados demonstram o resultado desastroso da política econômica do governo que afundou o país no desemprego e subemprego, isto é, emprego sem carteira assinada, sem direitos e garantias.

Conforme os dados, apenas entre julho e setembro deste ano, o número de funcionários com carteira assinada caiu a 33,3 milhões, 2,4% a menos do que no ano anterior. Ou seja, 810 mil profissionais perderam seus empregos ou migraram para empregos informais.

Com demissões massivas e milhões de trabalhadores sendo obrigados a se submeterem ao trabalho informal, ao trabalho precário, cai o número de contribuintes para a Previdência. Segundo o IBGE, o percentual da força de trabalho que contribui para a aposentadoria caiu de 65,5% para 63,8% no trimestre encerrado em setembro, o mesmo nível registrado no início de 2014. O resultado foi a queda da arrecadação, que reduziu 10,8% entre 2014 e 2015.

Neste ano, a Previdência ainda não sentiu o baque do subemprego, apontando uma alta na arrecadação de 4,6% até agosto, sobre igual período de 2016. Isso porque, para Bruno Ottoni, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre), parte dos trabalhadores informais ainda mantiveram a contribuição, o que deve se inverter, pois a "expectativa" criada pelo governo de melhora na economia piorou e por isso trabalhadores informais que antes contribuíam estão deixando de contribuir.

E diante desse quadro de precarização, acabando com os direitos trabalhistas, acabando com o trabalho formal - chegando até a liberar o trabalho escravo - que o governo pretende aplicar um novo golpe contra os trabalhadores: assaltar o seu direito à aposentadoria. Em repúdio a esses ataques, diversas categorias, entre metalúrgicos, trabalhadores da indústria em geral e aposentados vão às ruas nos dias 9 e 10 de novembro, em um dia nacional de mobilização e greves contra essas "reformas" do governo.



HP ESPORTES
VALDO ALBUQUERQUE

Time é derrotado, mas garante vaga Libertadores: Grêmio perde, mas se classifica para a final

Ante mais de 54 mil torcedores, o Grêmio foi derrotado em casa pelo Barcelona (Ecuador) por 1 a 0, mas mesmo assim vai disputar a final da Libertadores com o Lanús (Argentina), pois havia vencido a partida de ida por 3 a 0, em Guayaquil.

Mesmo com problemas para chegar ao Brasil, a equipe equatoriana correu mais que o Tricolor gaúcho, marcou com Jonathan Álzate, mas não foi suficiente para jogar água no chape gremista, em grande parte graças à atuação da dupla de zaga Geromel e Kannemann, que segurou o ímpeto do Barcelona.

As partidas da decisão acontecerão nos dias 22 de novembro, em Porto Alegre, e no dia 29 na Argentina. O Lanús eliminou o River Plate (Argentina) para disputar a final.

Sul-Americana - Em jogo emocionante, Flamengo e Fluminense empataram em 3 a 3 no Maracanã, resultado que classificou o Rubro-Negro às semifinais da Copa Sul-Americana. Lucas abriu o placar para o Tricolor e Diego empatou em cobrança magistral de falta. De cabeça, o zagueiro Renato Chaves ampliou o placar para 3 a 1 para o Flu. Felipe Vizeu diminuiu e Willian Arão marcou aos 38min da segunda etapa o gol da classificação. Agora, o Flamengo vai enfrentar o vencedor de Junior Barranquilla (Colômbia) e Sport Recife.

Metalúrgicos e aposentados vão às ruas contra ações de Temer



Assembleia dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo definem sobre ato



Audidores que atuam no Porto de Santos, durante protesto nesta quarta

Servidores em greve: auditores fiscais da Receita param contra calote do governo

Os auditores fiscais da Receita Federal deflagram greve por tempo indeterminado na quarta-feira, dia 1º, em todo o país. A paralisação é uma forma de protesto contra as duas medidas aplicadas pelo governo federal de desmonte do funcionalismo público: o congelamento dos salários até 2019 e 2010 e a elevação da contribuição previdenciária dos servidores que ganham mais que o teto do INSS (R\$ 5.531,31) de 11% para 14%. A greve também exige do governo o cumprimento de um acordo referente à regulamentação do benefício Bônus de Eficiência, que estava em negociação com o setor.

Segundo o Sindicato Na-

cional da categoria (Sindifisco) diante do descumprimento do prazo dado pelo próprio governo para responder as reivindicações dos auditores fiscais (até dia 31 passado), a única alternativa que restou para fazer valer o acordo salarial foi a paralisação. "Até que se reverta a atual situação, a categoria estará de braços cruzados às terças, quartas e quintas-feiras, sendo que às segundas e sextas não acessarão seus computadores de trabalho. Todas as unidades da Receita Federal, incluindo aduanas em portos, aeroportos e zonas de fronteiras, participarão do esforço...", declarou o Sindifisco através de nota.

O Sindifisco destacou ain-

da, as manobras "protelatórias" por parte da equipe econômica de Temer nas negociações "eram somente para dilapidar um acordo aprovado pelo próprio Governo Federal". "Não resta mais qualquer dúvida que a ideia é implantar o caos na Receita Federal e enfraquecê-la para que se faça o reinado do descontrole", denunciou a entidade.

A categoria também reiterou que, "caso o Executivo continue prolongando a regulamentação do Bônus, não restará outra alternativa aos auditores fiscais em adotar medidas mais drásticas em defesa do cargo e da Instituição que representam" alertou Sindifisco.

Entidades denunciam em audiência: Temer quer acabar com os serviços públicos do país

Os servidores do Executivo Federal denunciaram na terça-feira (31), em uma audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara, que o pacote de medidas do governo que rebaixam e restringem direitos do funcionalismo, constituem assédio moral coletivo contra servidores públicos.

Entre as medidas destacadas pelos servidores que participaram do evento estão: o plano de desligamento voluntário (PDVs) lineares e redução de jornada com redução de salário (MP 792/17); o congelamento dos salários, adiando reajustes já acertados; o aumento de

contribuição previdenciária (MP 805/17); a sucessivas propostas de reforma da Previdência pública (PEC 287/16) e projetos de lei que permitem a demissão de servidor estável por insuficiência de desempenho (PLS 116/17, no Senado), entre outras. Para a categoria, o governo federal que punir os funcionários públicos pela situação fiscal do país. Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal, Oton Neves, "a gente [o servidor] encara essa situação como um filme de terror que não tem fim. A que serve o PDV? Porque não vai economizar. Vai sair quem já queria sair. Serve para jogar cada vez

mais a sociedade contra o servidor público, contra o serviço público", disse Neves. Já vice-presidente do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), Alexandre Cunha anunciou no evento que a entidade questionará a constitucionalidade do adiamento do reajuste dos servidores federais de 2018 para 2019 e 2020 na Justiça, e que recomendará aos servidores a não aderirem ao PDV. "Se continuar como está, com a desvalorização das instituições e dos servidores públicos, quem vai sofrer é a sociedade que não terá serviços públicos de qualidade", destacou Cunha.

Rede de fast food adere à lei da escravidão e oferece trabalho intermitente: 3 dias por semana por R\$ 4,45

Nos últimos dias, a empresa Sá Cavalcante, que opera franquias da rede Bob's, Spoletto e Choe's Oriental Gourmet, vem oferecendo vagas de emprego com salários de R\$ 4,45 por hora trabalhada, em uma jornada de cinco horas por dia, de sexta a domingo, o que significaria R\$ 66,75 por final semana, ou R\$ 267,00 por mês.

A contratação trata-se do chamado trabalho intermi-

tente um dos dispositivos da "reforma trabalhista", que entrará em vigor no dia 11 de novembro.

Para a vice-presidenta da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ana Claudia Bandeira Monteiro, o contrato intermitente dificulta a garantia dos direitos dos trabalhadores. "Eu considero essa questão do trabalho intermitente como uma das mais graves e mais lesivas ao traba-

lhador, porque o trabalho intermitente em si já traz uma série de retirada de direitos. Então, a partir dessa mudança, o trabalhador intermitente viverá sempre a incerteza de ter trabalho ou não, e de quanto ele ganhará em razão disso. E aí fica difícil de consolidar uma demanda em torno de direitos mínimos. Da forma como está colocado, é a insegurança absoluta", disse a procuradora.

Manifestações e greves nos dias 9 e 10 de novembro ocorrerão em todo o país

Frete aos ataques cometidos pelo governo federal contra os trabalhadores, com a reforma trabalhista e a ameaça à Previdência, aposentados e pensionistas, metalúrgicos, servidores públicos e centrais sindicais de todo o país estão organizando amplas mobilizações nos dias 9 e 10 de novembro, com greves, paralisações e manifestações, para barrar o avanço da política de ajuste fiscal imposta por Temer e sua quadrilha no Congresso Nacional.

Inicialmente encabeçado pelo movimento Brasil Metalúrgico, que reúne sindicatos e federações de todo o país, o Dia Nacional de Luta Contra a Perda de Direitos já tem adesão de diversas categorias. Segundo o presidente da CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos), Miguel Torres, que também preside o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, este "é o dia nacional em defesa dos direitos que essa nova legislação quer acabar. Por isso faremos manifestações em todo o Brasil, com greves, paralisações e muita mobilização. A luta faz a lei".

Para Warley Martins, presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos) - que está organizando também um ato no dia 9, no centro de São Paulo, contra a PEC 287 (da reforma trabalhista) e também pela recriação do Ministério da Previdência Social - "vimos nossa sociedade ser massacrada com perdas de direitos dos quais travamos imensas lutas para conquistar e ainda estamos em meio a uma batalha penosa contra a temida reforma da Previdência. Ainda botaram todas as atividades que antes eram do Ministério da Previdência sob controle do Ministério da Fazenda; é como colocar a raposa para tomar conta dos ovos, não vamos permitir. Os aposentados, pensionistas e idosos continuarão nas ruas defendendo os seus direitos", declarou o líder dos aposentados.

A entidade divulgou também o relatório final aprovado na CPI da Previdência do Senado Federal. "Após trinta e uma sessões de debates e audiências públicas que possibilitaram uma avaliação mais profunda da contabilidade previdenciária é possível aferir e afirmar com toda a convicção que o maior e mais grave problema da Previdência Social decorre da vulnerabilidade; da subtração via benefícios fiscais e desonerações; da fragilidade e da desvinculação das fontes de custeio do sistema de seguridade social".

A data para o dia de mobilizações, em 10 de novembro,

foi escolhida por ser a véspera da entrada em vigor da nova lei trabalhista - que afeta a todas as categorias. Por isso, o Brasil Metalúrgico realizou uma reunião nesta segunda-feira, 30, para discutir a reta final de preparação. O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, com representante na reunião, informou que foi fechado acordo em nível nacional e de todas as centrais, para aderir à greve no dia 10. No Ceará já foi realizada plenária de entidades, com todas as centrais, e foi organizado um plano unitário com paralisação de empresas na parte da manhã e manifestação unitária em Fortaleza à tarde.

Também os servidores públicos aderiram à data. A Fasubra (Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras), o Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e a Fenasp (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social) aprovaram paralisação nacional em 10 de novembro.

Dentre os principais eixos do dia de mobilizações estão "ações Contra a lei (reforma) trabalhista, Contra a Reforma da Previdência Social e pelo fim da Terceirização", além de também defenderem uma plataforma de crescimento econômico, industrialização e redução dos juros. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e região, José Pereira dos Santos, "os metalúrgicos vão à luta para levar o Brasil ao crescimento. A tarefa de todos nós é buscar a retomada do crescimento. Há vários caminhos, o primeiro é a valorização salarial, pois só salário valorizado garante mercado interno forte".

O representante da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha, apontou que "os informes sobre as mobilizações nas categorias, inclusive de outros setores como os servidores públicos, revelam que os trabalhadores estão em luta contra os ataques patrões, do governo e desse Congresso de corruptos. O dia 10 pode nos possibilitar unificar essas lutas e fortalecer a mobilização, rumo a uma nova Greve Geral".

"Temos que parar para mostrar o que a reforma trabalhista vai trazer, quais são os riscos para o país e para os trabalhadores. Vamos fazer este movimento forte, sobretudo porque começou no Congresso Nacional nova tentativa de votar a reforma da Previdência Social. Vai vir mais paulada nas nossas cabeças. Não podemos aceitar", alertou Miguel Torres durante a reunião.

Lei trabalhista: Anamatra rebate Ives Gandra por tentar intimidar juristas

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) divulgou, segunda-feira (30), uma nota que rechaça as críticas feitas à magistratura do trabalho por parte do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Ives Gandra Filho. Para a associação, o ministro "falta com a verdade", ao acusar a entidade de propor "guerrilha" contra a reforma trabalhista. Para a Associação, o objetivo do ministro é enquadrar e intimidar juízes que apontem e se contraponham a inconsistências na lei.

No documento assinado pelo presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, "a Anamatra repudia, com veemência, todos os discursos que, a qualquer pretexto ou por quaisquer interesses, pretendam inibir, 'enquadrar' ou impedir o livre exercício da função constitucional que afeta a todos os juízes do Trabalho brasileiros, em quaisquer de suas facetas" declarou a entidade.

O órgão destacou que imparcialidade e a independência técnica dos juízes trabalhistas são a garantia primeira dos cidadãos bra-

sileiros. "Como já reconheceu a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 'a independência da Magistratura será garantida pelo Estado'; e, já por isso, 'é dever de todas as instituições, governamentais e outras, respeitar e acatar a independência da Magistratura'. E pelo que pugna, agora e doravante, a Magistratura do Trabalho" lembrou a entidade na nota.

A Anamatra ressalta que "tanto menos propôs 'boicotes', 'sabotagens' ou 'guerrilhas' de qualquer ordem, para empregar algumas das infelizes designações veiculadas por setores diversos da mídia escrita".

A entidade lembrou também que cumprido o papel de denunciar os diversos dispositivos da reforma trabalhista que lesam a Constituição Federal, vícios este, que também tem sido apontados por outras instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pelo Ministério Público do Trabalho, entidades nacionais representativas da Magistratura, do Ministério Público e de auditores fiscais do Trabalho.

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 15

Continuação da edição anterior

Oliveira Lima aponta, com razão, que, mesmo antes da viagem de D. Pedro a São Paulo, na qual haveria o Grito do Ipiranga, a Independência já existia inclusive em documento oficial

CARLOS LOPES

Em 1841, a animosidade entre os Andradas e seus adversários de 1822, no mínimo, esmaecera. Os líderes de 19 anos antes, José Bonifácio e Gonçalves Ledo, já pertenciam à eternidade da História – o primeiro, falecido em 1838, na sua casa da Ilha de Paquetá; o segundo, retirado na sua fazenda de Sumidouro, no interior do Rio de Janeiro (faleceria em maio de 1847).

Naquela segunda-feira, 14 de junho de 1841, a discussão na Câmara era sobre o contingente militar terrestre a fixar no Rio Grande do Sul – a Guerra dos Farrapos já se arrastava havia seis anos – e sobre o desempenho do general João Paulo Barreto, comandante das tropas no Sul, que o governo demitira. Porém, antes de entrar nesses assuntos, o ministro da Guerra falou sobre outro:

O SR. MINISTRO DA GUERRA (José Clemente Pereira): ... Talvez, Sr. presidente, devesse deixar sem resposta algumas observações que o nobre deputado por S. Paulo [Antonio Carlos de Andrada], que falou na última sessão, fez sobre o meu discurso; mas em dois pontos principais, em que tocou o nobre deputado, não posso deixar de fazer algumas observações.

O nobre deputado, por ocasião de uma declaração que eu fiz de ter tido a principal parte na representação para a convocação de uma assembleia no Brasil, disse que entendera que eu me referia ao dia 9 de Janeiro, conhecido pelo Dia do Fico; e que, a ser assim, queria reclamar, porque a glória da preferência neste caso pertencia a S. Paulo e não ao Rio de Janeiro.

O nobre deputado com muita razão desempenha o seu ofício de bom procurador dos paulistas, mas há de permitir-me que, como procurador dos fluminenses, eu chame a sua atenção sobre alguns fatos, dos quais se deduz que a prioridade, se prioridade houve, pertence aos fluminenses.

A mim me parece que na cooperação para a independência a glória é igual para todas as províncias; mas se é necessário que alguém tenha a prioridade, há de permitir-me o nobre deputado que o conteste, e que diga que ela pertence aos fluminenses. (Apoiados.)

O nobre deputado conhece, e não há dúvida, que a representação por parte da província do Rio de Janeiro teve lugar em 9 de Janeiro de 1822, e que a representação por parte da de S. Paulo teve lugar dias depois...

O SR. DEPUTADO ANDRADA MACHADO (Antônio Carlos): ... [diz algumas palavras não ouvidas pela secretaria dos trabalhos.]

O SR. MINISTRO DA GUERRA: Perdoe-me; a representação [de S. Paulo] teve lugar dias depois de 9 de janeiro; é verdade que já nós esperávamos a deputação de S. Paulo e alguns preparativos se fizeram para recebê-la; mas o fato é que ela não pôde chegar aqui senão depois do dia 9... Mas o nobre deputado quer que a representação seja datada do dia da deliberação do governo de S. Paulo, e não do em que foi apresentada; pois bem, aceito a

declaração do nobre deputado, e desejo que se escreva nos anais da história que o nobre deputado quer se conte a prioridade do dia em que se tomou a deliberação em cada uma das províncias. A de S. Paulo é marcada pelo nobre deputado no dia 3 de janeiro, porque foi quando o governo da província se dirigiu às municipalidades, participando-lhes a deliberação do governo, ou convidando-as para cooperarem...

O SR. DEPUTADO ANDRADA MACHADO: ... [diz algumas palavras não ouvidas pela secretaria dos trabalhos.]

O SR. MINISTRO DA GUERRA: Pois bem, ainda mesmo como quer que seja, o nobre deputado há de ter lembrança de que em 22 de dezembro de 1821 saiu um comissário mandado do Rio de Janeiro ao governo de S. Paulo, convidando para cooperar para a ficada do príncipe regente; foi o Sr. Pedro Dias, hoje marquês de Quixeramobim. E no dia 20 saiu daqui para Minas outro comissário também por parte do Rio de Janeiro, encarregado de igual comissão, foi o Sr. Paulo Barbosa da Silva...

UM SR. DEPUTADO: Foi o Sr. cônego Januário.

O SR. MINISTRO DA GUERRA: Não, senhor, esse foi para a aclamação; estou bem certo nos fatos; foi o Sr. Paulo Barbosa. Em virtude destas envidaturas aconteceu que alguns povos de Minas mandaram as suas representações com data de dezembro (eu quero dar aos mineiros a parte da glória que lhes pertence). A vila de Barbacena enviou a sua representação datada de 27 de dezembro; a Câmara de Mariana enviou também a sua em data de 2 de janeiro. Mas no Rio de Janeiro foi este negócio tratado com muita antecipação, e convém que se dê o seu a seu dono. Devo declarar que os primeiros que se lembraram desta medida, ou ao menos que a fizeram sentir e levar a efeito, foram o Sr. José Mariano [de Azeredo Coutinho] e o Sr. José Joaquim da Rocha.

O SR. ANDRADA MACHADO (Antônio Carlos): É verdade.

O SR. MINISTRO DA GUERRA: E isto antes do dia 15 do mês de dezembro... isto creio que até anda impresso; e tanto que se me fez crime porque não fui dos primeiros a concordar com a medida como se me apresentava.

O Sr. José Mariano foi à minha casa, por ser então eu presidente do Senado da Câmara, comunicar-me a resolução em que se achavam de pedir ao príncipe regente do Brasil que quisesse ficar no Brasil porque assim convinha aos interesses do país.

Nessa ocasião eu disse que julgava de necessidade a ficada do príncipe, mas que eu julgava prudente que o Rio de Janeiro fizesse a representação só por si, por que não havia a força necessária, muito mais existindo no Rio de Janeiro uma força portuguesa assaz forte, que, como o nobre deputado sabe por informações, até nos ameaçou com as armas.

Tratava-se de nomear então um governo, esse governo de três cabeças, governo que o Brasil não queria, e contra o qual eu me tinha pronunciado; e por isso foi-me objetado: 'se o governo



Aclamação de D. Pedro no Campo de Santana, RJ. Aquarela de Jean-Baptiste Debret

tem de nomear-se, o que há de fazer então o príncipe?' A isto respondi: 'enquanto se pede a cooperação das províncias imediatas, Minas e S. Paulo, pode o príncipe ir para Santa Cruz; logo que cheguem as representações, pede-se ao mesmo príncipe que se deixe ficar no Brasil'.

Estas minhas palavras serviram até, depois, para uma devassa por crime de republicano, na qual houera quem fosse jurar que eu era tão republicano que tinha feito as observações que acabo de referir.

Mas o caso é que o Sr. José Mariano e o Sr. José Joaquim da Rocha acharam boas as minhas observações, e concordaram em que se deviam dirigir aos governos de S. Paulo e de Minas; e em consequência deste acordo partiram, para S. Paulo, como já disse, o Sr. marquês de Quixeramobim, e, para Minas, o Sr. Paulo Barbosa.

Ora, agora acresce mais que, tendo eu, como me convinha, tratado de saber do príncipe regente qual era a sua opinião a este respeito, porque corria a notícia de que ele queria ir para Portugal (o que depois reconheceu-se que era política sua, porque sempre teve vontade de ficar), dirigi-me logo depois da comunicação do Sr. José Mariano a [o palácio de] São Cristóvão, e Sua Alteza com efeito ainda reservou de mim sua verdadeira opinião; mas tomando consistência a opinião do povo fluminense, e estando eu decidido a cooperar para ela em todo o caso, procurei novamente o príncipe (e lembro-me bem) na véspera do dia de Natal, e falei-lhe na tribuna da capela imperial, dizendo a S. A. Real que o povo do Rio de Janeiro tratava de dirigir-lhe uma súplica no sentido que lhe havia participado dias antes, e que devia esperar igual representação de Minas e S. Paulo, porque era impossível que estas duas províncias não anuissem às comunicações que lhe foram feitas pelo Rio de Janeiro; e Sua Alteza teve a bondade de responder-me que ficaria.

No dia 26 de dezembro fui à casa do Sr. José Mariano, onde se achava o Sr. Rocha e o Sr. padre Frei Francisco de Sampaio, que foi quem redigiu a representação...

Creio que estas observações não são indiferentes para a história (apoiados), e fui dizer-lhes que a representação devia fazer-se, que estava disposto a cooperar para ela, e que deveria ter lugar no dia 9 de janeiro.

Tratou-se desde logo de dar a este ato o aparato mais majestoso possível, e na verdade creio que não será possível nos nossos dias tornar a haver um dia tão solene! (Numerosos apoiados.) Nele apresentaram-se sessenta e tantos cidadãos das primeiras classes do Rio de Janeiro, vestidos com o uniforme de capa e volta que então se usava: reuniu-se a eles o povo do Rio de Janeiro, com o maior entusiasmo e interesse, e isto no meio da grande oposição dos batalhões de Portugal, que chegaram a ameaçar-nos com o emprego da força!

Com estas informações o nobre deputado decidirá, decidirá também o público, e quem quiser ser juiz, quem deve ter a prioridade no ato de 9 de Janeiro. Talvez mesmo aconteça, que em nosso entusiasmo, sem nos havermos combinado, estivéssemos todos dispostos para o mesmo fim; mas eu hei de continuar a sustentar que a prioridade pertence ao Rio de Janeiro. O nobre deputado continuará a sustentar que pertence a S. Paulo, a questão será decidida pelos documentos oficiais que houverem a este respeito, mas, enquanto não se decide, nunca o Rio de Janeiro terá de ficar em segundo lugar (cf. Anais da Câmara dos Deputados, 1841, Tomo I, pp. 528-530).

DISPUTA

Essa disputa, aparentemente bairrista, sobre a "prioridade" do Rio ou de São Paulo no Fico, era uma sombra (um resíduo, digamos assim) de outra disputa política, esta mais importante para o Brasil: aquela sobre o príncipe, depois imperador, entre os Andradas, de um lado, e o grupo da maçonaria, de outro.

Há uma omissão – provavelmente não intencional – no relato de José Clemente Pereira: no Dia do Fico (9 de janeiro de 1822), realmente, a deputação de São Paulo ainda não chegara ao Rio, mas as instruções políticas aos representantes paulistas, redigidas por José Bonifácio, já eram conhecidas na capital, pois foram citadas pelo próprio José Clemente Pereira, no discurso que pronunciou diante de D. Pedro.

Entremos, então, em uma questão tática, uma questão de política "atual" (naturalmente, de política atual daquela época).

No "Fico", a reivindicação brasileira é a de continuar em condições de igualdade com Portugal, como condição para

manter a união com este último. Como no próprio discurso de José Clemente Pereira, nesse dia, para D. Pedro:

"A saída de Vossa Alteza Real dos Estados do Brasil será o fatal Decreto que sancione a independência deste Reino! Exige, portanto, a salvação da pátria que Vossa Alteza Real suspenda a sua ida, até nova determinação do soberano congresso."

Depois de referir-se ao passado colonial ("[o Brasil] recorda sempre com horror os dias da sua escravidão recém-passada"), o discurso de Clemente Pereira aponta "o grito da opinião pública nesta província" e examina a situação política em outras províncias:

"Pernambuco, guardando as matérias primas da independência, que proclamou um dia, malograda por imatura, mas não extinta, quem duvida que a levantará de novo, se um centro próximo de união política a não prender?"

"Minas, principiou por atribuir-se um poder deliberativo, que tem por fim examinar os decretos das Cortes soberanas, e negar obediência àqueles que julgar opostos aos seus interesses; já deu acessos militares; trata de alterar a lei dos dízimos; tem entrado, segundo dizem, no projeto de cunhar moeda - e que mais faria uma província que se tivesse proclamado independente?"

"S. Paulo, sobejamente manifestou os sentimentos livres que possui, nas políticas instruções, que ditou aos seus ilustres deputados. Ela aí corre a expressá-los mais positivamente pela voz de uma deputação, que se apressa em apresentar a V. A. R. uma representação igual à deste povo!"

"O Rio Grande de S. Pedro do Sul, vai significar a V. A. R. que vive possuído de sentimentos idênticos, pelo protesto desse honrado cidadão, que vedes incorporado a nós!"

A referência é ao coronel Manoel Carneiro da Silva e Fontoura, que, no Dia do Fico, representou o Rio Grande do Sul - e também discursou diante de D. Pedro.

O discurso de Clemente é longo - nos dias atuais seria considerado quase interminável - mas não era fácil a sua causa: fazer o herdeiro da Coroa enfrentar o governo da metrópole.

A justificativa encontrada mostra quão relativas eram as definições - quer dizer, alguns rótulos - ideológicos. Como se pode ler nas cartas de D. Pedro a seu pai, ele - com poderoso estímulo dos homens da Independência - considera que D. João VI é prisioneiro

dos liberais das Cortes. Por isso, não tem obrigação de obedecer a estas.

Numa delas, diz D. Pedro: "... verá Vossa Majestade o amor que os brasileiros honrados lhes consagram à sua sagrada, e inviolável Pessoa, e ao Brasil, que a providência divina lhes deu em sorte livre, e que não quer ser escravo de lusos-espanhóis quais os infames déspotas (constitucionais in nomine) dessas facciosas, horrorosas, e pestíferas Cortes. (cf. carta de 19/06/1822 in "Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil a seu pai D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822)", Rothschild & Cia., S. Paulo, 1916, p. 103).

Assim, um príncipe "liberal" se choca com um parlamento "liberal", porque este "aprisiona" um rei absolutista.

Na verdade, esses rótulos não têm real importância. A questão nacional - recolonização ou independência - é, desde o início, a verdadeira questão.

Oliveira Lima aponta, com razão, que, mesmo antes da viagem de D. Pedro a São Paulo, na qual haveria o Grito do Ipiranga, a Independência já existia inclusive em documento oficial, como a circular do ministro José Bonifácio ao corpo diplomático acreditado no Rio de Janeiro, datada de 14 de agosto de 1822, exatamente o dia em que o príncipe viajou para São Paulo.

Comenta o historiador pernambucano: "Nem este vocabulo [independência] falta no documento, embora atenuado pela ficção da união nominal sob um só soberano" (cf. Oliveira Lima, "O Movimento da Independência 1821-1822", ed. Melhoramentos, 1922, p. 320).

E, realmente, diz, nessa circular, José Bonifácio:

"Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar solenemente a sua independência, e a exigir uma assembleia legislativa dentro do seu próprio território, com as mesmas atribuições que a de Lisboa, salva, porém, a devida e decorosa união com todas as partes da grande família portuguesa e debaixo de um só chefe supremo, o senhor D. João VI, ora oprimido em Lisboa por uma facção desorganizada e em estado de cativo, o que só bastava para que o Brasil não reconhecesse mais o Congresso de Lisboa nem os ordens do seu executivo, por serem forçadas e nulas por direito..."

Continua na próxima edição

Putin reúne-se com presidentes do Irã e do Azerbaijão em Teerã

O presidente da Rússia, Vladimir Putin chegou nesta quarta-feira (1) a Teerã onde se reuniu com o máximo líder religioso, o aiatolá Ali Khamenei e com o presidente iraniano Hassan Rouhani.

A visita de Putin ao Irã se dá no momento em que aumentam as tensões nas relações entre os EUA e o Irã pelo fato do presidente Trump ter negado sem nenhuma justificativa plausível a certificação ao Acordo Nuclear Multilateral com o Irã mesmo depois do chefe da Agência de Energia Atômica da ONU (AIEA) registrar por oito vezes seguidas que o Irã vem cumprindo rigorosamente cada ponto estabelecido pelo acordo entre os seis países – inclusive os EUA – com o Irã em 2015.

Na agenda de Putin com os líderes iranianos destaca-se o acordo nuclear, a guerra na Síria onde os dois países se alinham contra Washington e seus seguidores europeus e Israel, e o aumento da cooperação econômica entre a Rússia e o Irã.

O aiatolá Ali Khamenei disse a Putin que “Teerã e Moscou precisam aumentar a cooperação para isolar os EUA e ajudar a estabilizar o Oriente Médio”.

Ao dar as boas vindas ao presidente russo, o presidente do Irã disse que “Hoje nossa administração dá as boas-vindas aos investidores russos em projetos de infraestrutura iranianos. A indústria, o setor energético, as ferrovias e o corredor norte-sul que se estende da Rússia ao Irã são aspectos importantes da cooperação entre nossos dois países. Estamos muito satisfeitos por, além das relações bilaterais, nossos países realizarem juntos a importante tarefa de garantir a paz e a estabilidade na região”.

Putin viajou ao Irã para participar em Teerã de uma reunião de cúpula com o Irã e o Azerbaijão, Ilham Aliyev. A visita aconteceu exatamente no dia seguinte em que o governo Donald Trump através do Tesouro Americano anunciou novas sanções unilaterais contra o Irã e a Rússia.

“Nossa cooperação pode isolar a América,” disse o presidente Rouhani ao lado do presidente russo e do presidente do Azerbaijão durante uma conferência de imprensa transmitida por vários canais de TV, e prosseguiu: “O fracasso dos terroristas apoiados pelos EUA na Síria não pode ser negado, mas os americanos continuam seus planos. O Irã e a Rússia juntos podem atacar o terrorismo regional. Nossa cooperação ajudou muito a luta contra o terrorismo regional”.

O presidente Vladimir Putin afirmou na entrevista que “O acordo nuclear de 2015 entre o Irã e as potências mundiais é um bom pacto que se ajusta à expansão da paz e da estabilidade no Oriente Médio. Até agora conseguimos realizar bons acordos entre o Irã e a Rússia nas áreas de energia, tecnologia nuclear pacífica e transporte, porém precisamos aumentar nossos esforços para pôr em prática esses acordos,” declarou Putin.

Hassan Rouhani reafirmou sua decisão em continuar no combate ao terrorismo e sublinhou que “a cooperação entre o Irã e a Rússia teve e continua tendo grande influência na guerra contra o terrorismo. Essa cooperação e intercâmbio de opiniões entre os dois países é de fundamental importância nas etapas finais da guerra contra o terrorismo na Síria. A cooperação russo-iraniana mostrou ao mundo que a solução e a segurança políticas devem ser reforçadas na Síria”, enfatizou o presidente do Irã.

Putin considerou a reunião com os líderes iranianos “muito produtiva, pois estamos conseguindo coordenar nossas posições sobre a questão na Síria.” Quanto ao acordo nuclear com o Irã renegado por Trump, Putin foi claro: “Nos opomos a qualquer mudança unilateral no acordo nuclear multilateral”, afirmou o presidente da Rússia.

Também nesta quarta-feira (1) a Petroleira russa Rosneft e a Companhia Nacional de Petróleo do Irã (NIOC) anunciaram um plano para trabalhar juntas em uma série de projetos estratégicos dentro do Irã num valor total de 30 bilhões de dólares. A Companhia russa que acaba de adquirir participação majoritária no principal oleoduto do kurdistão iraquiano, reforça assim sua presença também no Irã em sintonia com as estratégias do kremlin de ampliar as relações políticas e econômicas bilaterais com o país persa e na região do Oriente Médio.

ROSANITA CAMPOS

EUA: Congresso alista monopólios da internet para macartismo 2.0



Face, Twitter e Google: macartismo, tudo bem. Regulação de anúncios, nem pensar

Terror no Halloween: desatinado atropela e mata 8 e deixa 11 feridos em Nova Iorque

No que foi prontamente descrito pela mídia como ‘o ataque terrorista mais letal na cidade de Nova Iorque desde o 11 de Setembro’, um homem lançou na terça-feira (31) uma caminhonete em pleno dia de Halloween ao longo de uma ciclovia em Manhattan, atropelando e matando oito pessoas, a maioria turistas, e ferindo 11, até ser baleado no abdômen e capturado por um policial. O atacante portava uma arma de ar comprimido e outra de paintball. Posteriormente identificado como o imigrante legal de origem uzbeque Sayfullo Saipov, ele foi na quinta-feira (2 de novembro) apresentado a um tribunal e formalmente acusado.

A Parada de Halloween transcorreu normalmente e o presidente Donald Trump imediatamente aproveitou para intensificar a xenofobia contra imigrantes – além de sair do foco da mídia adversária por alguns minutos – e inclusive ameaçou fechar a ‘loteria do green card’, que existe desde o governo de Bill Clinton. Também anunciou que pedirá pena de morte para Saipov e o mandará para Guantánamo.

TURISTAS

As vítimas são cinco argentinos – que estavam em viagem de comemoração de 30 anos de formatura –, uma belga e dois norte-americanos. Saipov imigrou para os EUA em 2010, morou em Ohio, casou em 2013, mudando para a Flórida e, de lá, para o estado vizinho de Nova Iorque, Nova Jérsei. É pai de três filhos e tem 29 anos. Na mesquita que frequentava uma ou duas vezes por mês, era visto como calado e não era conhecido por pontos de vista radicais. Sua mulher já foi interrogada pelo FBI.



Polícia técnica vasculha carro em busca de pistas

Como se sabe, antes da CIA promover junto com os sauditas e o serviço secreto paquistanês a *weaponization* [transformação em arma] de uma seita extremista, o wahabismo, para deter a revolução afegã e atingir a URSS, que a apoiava, fabricando a Al Qaeda, e posteriores metástases, como os petro-terroristas chechenos, o Exército de Libertação de Kosovo, os ‘insurgentes líbios’, a Frente Al Nusra e o Daesh [pomposamente tratado pela mídia como ‘Estado Islâmico’], assim como a invasão da Somália, Afeganistão, Iraque, Líbia e imposição de guerra à Síria, não havia o terrorismo em escala industrial dito ‘islâmico’. Como disse um proeminente intelectual, se o principal produto dos países muçulmanos fosse brócolis, e não petróleo, certamente nada disso estaria ocorrendo.

A polícia americana assevera ter encontrado no celular de Saipov inúmeras imagens do Daesh, “incluindo do líder do grupo, Al Baghdadi”. A promotoria disse que nos primeiros depoimentos Saipov declarou ter sido “inspirado” nos vídeos do Daesh, especialmente um em que Al Baghdadi perguntava o que os muçulmanos nos EUA estavam fazendo para responder às mortes de muçulmanos no Iraque. Ataques com atropelamento já vinham ocorrendo na Europa, o mais notório deles em Nice, na França. Enquanto porta-aviões e drones permitem às potências imperiais cometer massacres de civis em festas de casamento e mercados sem serem acusadas de realizarem ataques terroristas, as sementes tão cuidadosamente cultivadas pela CIA no mundo inteiro passaram a usar prosaicos e muito mais baratos veículos para seus próprios assassinatos de civis. Curiosamente, a mídia cansou-se de mostrar a polícia rebocando em Passaic, NJ, um veículo pertencente a Saipov, uma Toyota, mesma marca das centenas de reluzentes pickups que a CIA forneceu nos bons tempos do início das operações do Daesh, após a famosa foto dos ‘chefes da revolta síria’ com o senador John McCain – um deles Al Baghdadi. A.P.

Som de cigarras e grilos explicariam os supostos ‘ataques sônicos’ em Cuba

Minucioso relatório do governo cubano, relatado pelo jornal Granma, repudiou as acusações do governo Trump sobre “ataques sônicos” contra diplomatas norte-americanos em Cuba e, no único caso em que os EUA realmente colaboraram para o esclarecimento da questão [Hotel Capri], os técnicos cubanos concluíram que se trata de “grilos e cigarras” a misteriosa fonte de perturbação dos diplomatas e seus familiares.

Como historiou o Granma, o Departamento de Estado e a embaixada norte-americana informaram o problema pela primeira vez no dia 17 de fevereiro passado, dizendo que presumíveis ataques teriam ocorrido entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017. Washington afirmava que os incidentes se deviam ao emprego de dispositivos de som de longo alcance, que afetavam a saúde dos diplomatas e familiares, provocando náuseas, enjôo, dores faciais e abdominais, afetação auditiva, problemas cognitivos e até danos cerebrais.

Com base nas informações prestadas pelos EUA foram feitas averiguações e medições de som e do

espectro rádioelétrico e pericidas amostras colhidas pelos próprios norte-americanos. Conforme o Granma, reconhecidos cientistas do mundo inteiro colocaram em dúvida que a grande variedade de sintomas poderia ter sido causada por um equipamento conhecido e não acreditavam que fosse possível causar danos cerebrais a partir desses incidentes. A perda da audição – apontaram – somente pode ser causada pela exposição a fontes de sons audíveis e não há antecedentes médicos deste padecimento que sejam provocados por sons não audíveis.

Danos desse tipo somente poderiam ser provocados mediante o emprego de potentes equipamentos de grande dimensão, que afetaria todas as pessoas em um raio de ação determinado e não algumas e pessoas de maneira seletiva. Nenhum funcionário da embaixada recorreu às instituições hospitalares em Cuba onde habitualmente recebem atendimento médico. Também foram verificados os registros hospitalares para ver se vizi-

nhos das supostas áreas sob ataques sônicos houvessem descrito qualquer sintoma.

Em nenhum caso dos testes efetivados foi atingido o nível definido pela própria academia norte-americana de Otorrinolaringologia, no caso o patamar 90 decibéis. Mas, como salientou o Granma, “durante a rigorosa análise as gravações mostraram coincidências com os sons emitidos por algumas espécies de insetos, especialmente grilos e cigarras”.

Como revelou o tenente-coronel Molina Campos, “fizemos um testes, tomamos uma gravação em uma praça da nossa capital e a comparamos com as amostras de áudio que eles [as autoridades dos EUA] nos entregaram.” “Podemos verificar, de forma coincidente, que também é um som que está acima dos 7 KHz, que tem uma largura de banda aproximadamente igual, acima dos 3KHz, e que audivelmente é muito parecido. Fizemos também comparações de espectros de todos os sinais dados com o espectro que gravamos e este ruído comum é muito parecido com o ruído de uma cigarra”. O mesmo ocorre com os grilos.

Supostas ‘contas ligadas à Rússia’ não chegam nem a 1% do fluxo de notícias nas eleições. Google tira RT das preferidas do Youtube, Twitter corta anúncios e Facebook faz sua cena também

Após pressão direta que levou o executivo-chefe do Facebook, Mark Zuckerberg, a mudar da opinião [de novembro do ano passado] - de que a alegação da “interferência russa” para “eleger Trump” era “uma coisa louca” - para o, agora, endosso do conto de “os russos fizeram isso”, executivos do Google, Facebook e Twitter compareceram a uma audiência no Senado dos EUA na terça-feira (31) para dizerem como estão se alistando no macartismo 2.0 e na russofobia.

Assim como a detonação da bomba atômica pela então União Soviética nos anos 50 e a decorrente histeria nos círculos dirigentes norte-americanos foi seguida pelo macartismo (“você é ou já foi membro do Partido Comunista?”), o reergimento da Rússia, pós Gorbachev e Yeltsin, como presenciado na Síria e na Crimeia, é o pano de fundo para o atual frenesi contra a “ingerência russa”, que rapidamente está desembocando na censura e perseguição de qualquer ativista ou fonte de informação que não esteja sob controle do establishment ianque e dos serviços secretos. Nos EUA - a Matrixland -, haver alguém que diga que “o rei está nu” tornou-se o perigo supremo.

Enquanto a “hiperpotência unilateral” se esvai, a derrota da inepta, arrogante e desonesta Hillary Clinton para um arrivista desclassificado como Donald Trump se converteu no gatilho para o macartismo 2.0. Como advertiu o site wsws, “você é agora, ou já foi, um crítico dos EUA? Do governo? Se a resposta é ‘sim’, equivale a admitir que você é um escravo, se não um agente, da Rússia e do demônio Vladimir Putin”.

E o empurrão para a caça às bruxas partiu exatamente da direção democrata, da mídia e da CIA, que foram inflando a desculpa de que Hillary perdeu - não porque fosse a favorita de Wall Street e porque Obama traía suas promessas do “yes we can” para salvar bancos - mas devido ao “apoio de Moscou” a Trump.

Na audiência em Washington, o principal objetivo dos executivos das gigantes da internet foi fechar espaço para qualquer regulamentação sobre sua fonte de renda, os anúncios na internet. Para isso, teceram loas “contra” a “interferência de atores estrangeiros”, embora dizendo que as contas fake eram “uma parte muito pequena”, quase estatisticamente insignificante, do conteúdo total postado.

Nos últimos dias, a Google, que desde abril mudou seus algoritmos para censurar os sites progressistas ou alternativos, anunciou ter retirado o mundialmente respeitado site de notícias russas RT do seu rol de “preferidas” do Youtube, onde é campeão de audiência. O Twitter, depois de uma pressão do principal quadro democrata no Comitê de Inteligência no Senado, Mark Warner, tido como porta-voz da CIA, comunicou que estava proibindo anúncios do RT e do Sputniknews, outro conceituado site de notícias russo.

O Facebook tirou do coleto “3.000 contas” supostamente “ligadas aos russos”, cujos anúncios teriam custado US\$ 100.000, números que seriam aumentados no depoimento no Senado. Como US\$ 100.000 – ou US\$ 275.000, como dito depois – poderiam decidir uma eleição que custou US\$ 1 bi e com os bilionários liberados pela Suprema Corte para gastarem como quiserem, ninguém explicou. Depois soube-se que mais da metade das tais contas operara depois das eleições.

Em paralelo, aceleraram-se as articulações no Congresso para exigir que o RT e o Sputniknews sejam obrigados a se registrar nos EUA como “agentes estrangeiros”, o que não é exigido da BBC, também estrangeira e estatal, ou da Al Jazeera, de condição similar.

Com pesquisas de opinião

apontando que os EUA estão “mais divididos” do que em qualquer outra época desde a Guerra do Vietnã, a mídia e o establishment passaram a atribuir o fenômeno à “intervenção russa”, e não ao racismo e violência policial, à especulação desenfreada, à descomunal concentração de renda, à pauperização que não cessa, à desindustrialização e sucateamento, à crise dos opiáceos e às guerras sem fim.

Embora Trump seja o pretexto inicial para o macartismo 2.0, democratas e republicanos no Congresso estão buscando empurrá-lo para bem além, com as audiências visando enquadrar os monopólios de internet para expurgar o chamado “o conteúdo orgânico” – aquele que não é pago - [dito ter sido criado pela Rússia para “dividir e influenciar os americanos”]. Em suma, o alvo é o discurso político na internet e o que está sob ameaça direta é a liberdade de expressão, a Primeira emenda.

A líder democrata no comitê Judiciário do Senado, Dianne Feinstein, enviou carta ao Twitter exigindo que a empresa entregue informações de identificação pessoal relacionadas ao “conteúdo orgânico” postado pelos usuários. Sua definição de “usuários conectados na Rússia” é extremamente ampla, incluindo qualquer “pessoa ou entidade” que possa “estar conectada de alguma forma à Rússia” – mesmo se for alguém que compartilhou uma notícia da RT.

“LOCALIZAR OPOSITORES”

Para todos os “conteúdos orgânicos” - o que os sites progressistas postam - descritos acima, o Twitter teria que fornecer nome completo, telefone, e-mail e endereço de IP. Ou seja, o que Feinstein está cobrando é a identificação e localização dos opositores à política vigente em Washington.

Feinstein vai ai nda mais longe, exigindo do Twitter “todo o conteúdo de cada mensagem direta [privada]” referente a contas do WikiLeaks, de Julian Assange e da advogada de direitos civis, Margaret Ratner Kunstler [que atua para Assange e ainda para Bradley/Chelsea Manning]. Ou seja, às favas com o sigilo entre cliente e advogado.

O Wall Street Journal não se seja em asseverar que “pelo menos 60 manifestações, protestos e marchas foram divulgados ou financiados por ‘contas russas’”. A rede de jornais McClatchy denuncia que o FBI criou uma categoria de grupos “terroristas domésticos” classificados como “extremistas negros de identidade”. No quadro de cerceamento ao pensamento crítico que impera nos EUA, a existência do RT permitiu que uma enorme gama de opiniões, que eram abafadas pelo establishment, pudesse ter um canal de escoamento. Na realidade, conforme os números dos próprios monopólios da internet, as postagens ligadas à RT são menos de 1% do total de postagens nas eleições, e boa parte foi feita depois.

Manipulando as novas características da divulgação de informação pelas redes sociais, que ainda são pouco compreendidas, os macartistas dos tempos modernos tentam semear o pânico. Examinando de perto, por exemplo, os números divulgados pelo Youtube, de que de junho de 2015 a novembro de 2016 a RT postou 1.108 vídeos que foram visualizados por “309.000 usuários”, quando isto é analisado no detalhe, simplesmente fica ridícula a tese da débacle de Hillary por “culpa dos russos”. Cada vídeo individual foi visto ao longo de 17 meses por 279 pessoas, o que dá menos de 17 pessoas por mês. Certamente a “prosa shakesperiana” em Wall Street pesou mais.

ANTONIO PIMENTA

“Se a CIA investigasse mais os terroristas em vez de treiná-los, teríamos menos ataques”, diz Assange

O fundador do WikiLeaks, Julian Assange, declarou que o ataque terrorista da terça-feira (31) em Nova Iorque poderia ser evitado se a CIA investigasse os terroristas ao invés de treiná-los. “Se a CIA tivesse gasto mais tempo investigando terroristas e menos tempo dando-lhes treinamento e armas, talvez não tivéssemos presenciado o ataque em Manhattan”, completou Assange em sua conta no Twitter.

O atropelamento ocorreu em uma ciclovia de Nova Iorque deixando 8 mortos e pelo menos 11 feridos. Após invadir a ciclovia, o caminhão seguiu sem parar até atingir um ônibus escolar, fazendo com que o suspeito dei-

xasse o veículo alagado portando duas armas de brinquedo, ao mesmo tempo que gritava “deus é grande” em árabe. Este foi o primeiro atentado com carros a deixar mortos nos EUA.

De acordo com a polícia, o motorista do caminhão, identificado como Sayfullo Saipov (29), tinha residência permanente nos EUA desde 2010 e era natural do Uzbequistão.

O terrorista foi capturado, e durante a operação foi baleado no abdômen, porém segue com vida. Segundo o “New York Times”, os investigadores da polícia encontraram próximo ao veículo duas notas em árabe, onde o terrorista jurava lealdade ao Estado Islâmico.

A canção de Daniel Viglietti e a construção da Pátria de todos

Era tarde da noite de segunda-feira (30), quando vi a postagem do meu irmão argentino Mariano Vázquez com a foto do cantautor uruguaio Daniel Viglietti empunhando comigo e minha companheira Monica a bandeira da liberdade para os camponeses paraguaios de Curuguaty. Vítima de uma complicação cirúrgica, Viglietti, símbolo da música de protesto latino-americana havia nos deixado aos 78 anos.

Recordei do abraço e as lágrimas brotaram. “Faço questão de levantar esta bandeira. É uma questão de justiça para aqueles agricultores inocentes jogados na prisão e também para o Paraguai que, com uma das maiores concentrações de terras do mundo, exporta grãos com milhares de famintos”, desabafou. Falou sobre a vontade de voltar a cantar no Brasil e sorriu quando lhe lembrei, faceiro como um fã, de outras quatro oportunidades em que havíamos estado juntos.

Nosso último encontro, junto com as palavras, aconteceu na saída da apresentação musical em Vallegrande, na Bolívia, logo depois do entusiástico discurso de Evo Morales no encerramento das comemorações dos 50 anos da queda em combate do comandante Ernesto Che Guevara naqueles montes. “Evo rima com homem novo, Evo”, havia sublinhado. Mais do que sua melodiosa voz, Viglietti havia irradiado uma mensagem de esperança, profunda, fecunda, anti-imperialista. Uma vibração única, uma harmonia cheia de encanto, sentida e repassada das avós até as crianças de colo.

As lembranças vêm como disparos, em sequência. Recordei de uma entrevista concedida a mim e à jornalista Vanessa Silva, do ComunicaSul, em Caracas, onde foi apoiar a Revolução Bolivariana e o presidente Hugo Chávez, da mesma forma que já havia feito com os sandinistas na Nicarágua. Contou de seu compromisso com a integração dos nossos países e povos tomado pela mesma naturalidade com que dedilhava o violão. “Sempre senti que tinha duas pátrias. Uma, a de nascimento, o Uruguai, e outra pátria a latino-americana que gosto de chamar de ‘nuestroamericana’ (nossameericana). Inventei esta palavra a partir da expressão de José Martí, que contrapunha a Nossa América, a América deles, do império do Norte. Percebi que as fronteiras são artificiais além da língua e da cultura, que têm seu peso em diferentes regiões, mas estas fronteiras, as aduanas, os escritórios de imigração são invenções feitas para nos dividir. Quando entro no Brasil, na Venezuela, em Cuba ou em tantos países progressistas, sinto que é irreal precisar de passaporte. A canção não tem de pedir vistos para entrar em lugar nenhum. A música entra naturalmente e, quando é necessário, se traduz, como fiz com algumas canções do meu amigo Chico Buarque”.

Sua obra tem o dom único de mesclar a música clássica com o folclore uruguaio e latino-americano, musicar poemas do colombiano César Vallejo, do cubano Nicolás Guillén, do espanhol Federico García Lorca e tantos outros gigantes. Sua grandiosa elaboração tem projeção mundial, sendo interpretada por diamantes de várias nacionalidades como os chilenos Víctor Jara e Isabel Parra, o espanhol Joan Manuel Serrat, o venezuelano Alí Primera e a argentina Mercedes Sosa, sem falar na mágica parceria com o poeta uruguaio Mario Benedetti ou a identidade singular com o cubano Silvio Rodríguez.

Identificado com as lutas sociais de seu tempo, Viglietti reverberou pelo planeta a mobilização pela reforma agrária em A desalamar (A desamarar, Arrancar as cercas): “Eu pergunto aos presentes se não se puseram a pensar, que esta terra é nossa e não de quem tenha mais/ Eu pergunto se na terra, nunca houverá pensado você, que se as mãos são nossas, é nosso o que nos dê... A desamarar, a desamarar, que a terra é tua e daquele, de Pedro, Maria, de João e José”. E ia direto ao assunto: “Se molesto com meu canto alguém que anda por aí, lhe asseguro que é um gringo ou um dono do Uruguai”.

Como sou gaúcho da fronteira, nascido próximo ao Uruguai e à Argentina, sempre fui cativado por sua mensagem da Pátria Grande, profundamente vinculada ao seu canto de igualdade e justiça, tão candente quanto presente na letra do “Chueco (‘torto’) Maciel”. Este era o apelido do jovem infrator Julio Nelson Maciel Rodríguez, abatido pela polícia uruguaia em junho de 1971, em meio à violência que sacudiu o país vizinho e desembocou no golpe de 1973. Inconformado com a praga da fome, da miséria e do desemprego que abatia e esmagava a periferia, Maciel – tal qual os guerrilheiros do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros contra a ditadura – roubava dos endinheirados, como um Robin Hood de verdade, para distribuir os frutos entre os seus. Nos versos da canção com que Viglietti o imortalizou, vejo a síntese maior de sua mensagem, mais do que imprescindível nestes tempos sombrios de neoliberalismo e neocolonialismo: “Os tortos se juntem bem juntos, bem juntos os pés, e logo caminhem buscando a pátria, a pátria de todos, a pátria Maciel, esta pátria torta que não vão torcer com duras correntes, os pés todos juntos vamos vencer”.

Daniel vive!

Pátria livre! Venceremos!

L.S.



Monica, Daniel Viglietti e Leonardo Severo

Daniel Viglietti, canto coletivo de amor e rebeldia da América

Ícone da música latino-americana, o “cantautor” embalou o sonho e a luta de gerações por um mundo mais fraterno

Ícone da música latino-americana, o “cantautor” uruguaio Daniel Viglietti faleceu na última segunda-feira aos 78 anos em sua cidade natal, Montevídeo. Filho de mãe pianista e pai violonista, desde pequeno manteve estreito contato com a música clássica e popular, sustentando até o último suspiro a harmonia nos acordes e a voz em alto contra a injustiça.

Pegando gosto por suas canções, os povos da Nossa América as transformaram do Sul do rio Bravo à Patagônia em verdadeiros hinos de amor e rebeldia contra o gigante do Norte. Como declarou em seu programa radiofônico antes da visita de George W. Bush ao Uruguai, em março de 2007, “quero assinalar que é representante de um império que através da história muda de nomes, mas não de propósitos”.

Com “ética e estética”, como assinalavam os poetas que rodavam o teatro Solís, no centro da capital uruguaia para darem o último adeus ao maestro, Viglietti denunciou o preconceito e exortou a todos para que valorizassem a identidade comum com as raízes populares mais profundas. Assim enfatizou em Canción para mi América: “Dale tu mano al índio, Dale que te hará bien, Y encon-



trará el camino, Como ayer yo lo encuentre... La piel del indio te enseñará, Toda las sendas que habrás de andar, Manos de cobre te mostrarán, Toda la sangre que has de dejar”. Condenou os arames farpados do latifúndio e embalou a luta pela reforma agrária em A desalamar: “Yo pregunto a los presentes, Si no se han puesto a pensar, Que la tierra es de nosotros, Y no del que tenga más. Yo pregunto si en la tierra, Nunca habrá pensado usted, Que si las manos son nuestras, Es nuestro lo que nos den, A desalamar...”

Desde a década de 60, por toda a Pátria Grande, suas melodias envolveram as manifestações populares, ritmando o ondul das bandeiras e as marchas, injetando sonoridade e compromisso com a construção de um ser humano melhor.

Nas suas prospecções do processo revolucionário cubano, em 1967, afinou sua relação com a nova trova, se irmanando



As canções de Viglietti condensam os anseios de liberdade latino-americana

com nomes maiúsculos como Silvio Rodríguez, Pablo Milanés e Sara González. Data deste ano seu disco “Canções para o homem novo”, em que aparece na capa com o violão embaixo do braço, empunhado quase como arma, sinalizando a identidade com a convocatória do Che para criar “um, dois, muitos Vietnãs”. Uma relação militante que se transformou em comoção, em um processo efervescente e solidário, reconhecido de forma emotiva pelo comandante Fidel Castro.

Devido à identidade com os seus e o socialismo, Daniel foi preso em 1972, sendo libertado após uma ampla campanha internacional que envolveu personalidades como Jean Paul Sartre, Oscar Niemeyer e Júlio Cortázar. Foi obrigado a viver 11 anos no exílio.

O passar do tempo só

serviu para temperar ainda mais suas convicções sobre o inimigo comum dos nossos países e povos. “Permanece o latifúndio, sobrevive, se realimenta, se redimensiona. O jogo da banca internacional segue nos submetendo, salvo raríssimas exceções como são os casos de Cuba e do processo bolivariano, ou uma experiência altamente positiva como a Bolívia com Evo Morales. Todos estes elementos que permanecem, fazem que a canção – no meu caso – tenha um eco e possa encontrar novos ouvidos”, declarou recentemente.

Combatente de primeira linha contra os grandes conglomerados privados de comunicação, Viglietti alertava sobre seu papel altamente daninho para a democracia e para a integração. “Nos envolvem e manipulam em uma hipnose que rompe cons-

ciências, que adormece o sentido crítico. Não é fácil nem é habitual exercitar a contra-leitura do que vemos, do que lemos, do que escutamos, neste tipo de nova igreja inquisidora que é a mídia. As imagens tentam dominar o imaginário coletivo, e muitas vezes conseguem. E o cultural é infiltrado pela sedução das mensagens do poder”, denunciava.

Como declarou na despedida o compositor e professor uruguaio Rubén Olivera, “o grau de verdade e credibilidade em Viglietti era muito alto”. “Se pudesses separá-lo em um prisma, terias um arco-íris de ternura, humor, segurança, coerência, solidez. Hoje todos tinham algo para contar de sua conexão direta com cada ouvinte. Era uma fonte”, concluiu.

LEONARDO SEVERO

Buenos Aires: “Justiça e Verdade” sobre Maldonado, exige multidão

Milhares de pessoas convocadas pela família de Santiago Maldonado e organismos de direitos humanos voltaram a se manifestar na Praça de Maio, na quarta-feira, dia 1º, para exigir justiça e verdade para o jovem que esteve desaparecido durante 78 dias até que seu corpo fosse encontrado no rio Chubut, na Patagônia, no dia 17 de outubro. Sergio Maldonado, irmão mais velho de Santiago, se dirigiu à multidão, dizendo que “nossa única exigência é Justiça. Não contem comigo para gerar ódio. Não vamos abandonar a luta até que se faça justiça”.

As Avós da Praça de Maio, a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH), e Mães da Praça de Maio, entre outras entidades relacionadas à defesa dos direitos humanos, convocaram a marcha.

“Santiago foi assassinado e foi um desaparecimento forçado. Não entendemos como podem opinar os ‘peritos’ quando ainda não têm todas as provas. Têm que esperar para saber com clareza o que aconteceu”, considerou Sergio Maldonado, em coletiva



“O Estado e o governo são responsáveis”

de imprensa, referindo-se à versão de que o cadáver estava no rio desde a morte do jovem. A advogada da família, Verónica Heredia, afirmou que “é impossível que o corpo tenha estado durante 78 dias onde foi encontrado”, e assinalou que o cadáver foi plantado lá e que seguirão “insistindo com o desaparecimento forçado de pessoas”.

A família do jovem assassinado também publicou um comunicado, em sua página web, no dia em que se cumpriram três meses do desaparecimento responsabilizando a força de segurança, Gendarmeria Nacional que é subordinada à ministra de Segurança, Patricia Bullrich.

O jovem de 28 anos desapareceu depois que dezenas de agentes da polícia militar

entraram na ocupação dos índios mapuche “Pu Lof em Resistência”, na Patagônia argentina.

Segundo testemunhas, os guardas dispararam balas de chumbo e borracha e queimaram os pertences das famílias da comunidade que se manifestavam para tentar tirá-los de lá. Maldonado estava ali desde o dia anterior, acompanhando os indígenas e foi visto pela última vez quando tentava escapar dos tiros.

O terreno da Pu Lof, em terras administradas pelo latifundiário Luciano Benetton, da empresa têxtil Benetton, está ocupado por famílias mapuche que lutam pela recuperação de seu território ancestral e por políticas em prol dos direitos indígenas desde março de 2015.

Maduro cassa governador eleito de Zulia por não ter comparecido ao beija-mão na ANC

O Conselho Legislativo de Zulia (Clez) declarou que o cargo de governador desse Estado venezuelano está vago porque Juan Pablo Guanipa, da Mesa da Unidade Democrática, MUD, eleito em 15 de outubro com 51,06% dos votos, se recusou a comparecer ante à Constituinte imposta por Nicolás Maduro para ser juramentado.

Jogando mais lenha na fogueira do enfrentamento entre governo de Maduro e a oposição, o Poder Legislativo regional em sessão ordinária tomou a decisão por maioria

representada pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PsuV) e sem anunciar que a questão seria votada. “Assalto à vontade do povo: decisão do Conselho Legislativo de Zulia viola a Constituição da República e desconhece o povo zuliano. Seguiremos de pé”, expressou Guanipa.

O governador eleito condenou o golpe e exigiu que se reconheçam os cidadãos que nele votaram. Foi o único dos cinco governadores de oposição a negar-se a comparecer ante a ANC, instituição que a MUD con-

sidera ilegítima, provocando também um cisma dentro dessa coalizão.

Rejeitando a decisão da ANC, Guanipa marcou sua proclamação como novo governador em ato realizado na segunda-feira nas instalações do Hotel Intercontinental de Maracaibo, capital do estado. E a presidente do Conselho Nacional Eleitoral, Tibisay Lucena, desconhecendo a situação, anunciou que novas eleições para o governo de Zulia estão convocadas para a mesma data das municipais, no dia 10 de dezembro.

Peritos da ONU condenam abandono de Porto Rico pelos Estados Unidos

Onze especialistas em direitos humanos da ONU, em declaração conjunta, condenaram os Estados Unidos devido a “ausência de respostas adequadas a situação de emergência” instalada em Porto Rico há mais de um mês, desde que o furacão Maria devastou a ilha, deixando a maior parte da população sem casa, energia elétrica ou água potável.

“O furacão agravou a horrível situação existente na ilha devido a exigências da dívida e as consequentes medidas de austeridade”, afirmaram os especialistas, ao avaliarem como “alarmante” as atuais condições de vida da população. “Milhares de pessoas estão desabrigadas e sem perspectiva. Mais de 80% da população, cerca de 2,8 milhões de pessoas, continuam sem energia elétrica. Poucos hospitais estão funcionando. Há alegações de que a água disponível - para aqueles que ainda têm acesso - pode estar contaminada”.

“Com a aproximação do inverno, pedimos uma resposta de emergência rápida e com recursos suficientes que priorizem os mais vulneráveis e em situação de risco - crianças, idosos, deficientes, mulheres e sem-teto”, afirmaram os especialistas.

Para Juan Pablo Bohoslavsky, especialista da ONU sobre dívida externa e direitos humanos, que assinou a nota, “mesmo antes do furacão Maria, os direitos humanos de Porto Rico já estavam sendo massivamente minados pelas políticas de austeridade, prejudicando os direitos à saúde, à alimentação, educação, habitação, água e segurança social”.

Leilani Farha, Relator Especial sobre o direito

à habitação que integra o grupo de peritos, acrescentou que “não podemos deixar de notar a urgência e a prioridade dissimuladas na resposta de emergência à Porto Rico, em comparação com outros Estados dos EUA afetados por furacões nos últimos meses. Depois de um desastre natural, com cerca de 90 mil casas totalmente destruídas, as pessoas estão mais vulneráveis. E obrigação de todos os níveis de governo agir para protegê-los e garantir que a vida da ilha possa retornar a normalidade rapidamente. As pessoas precisam de casas seguras e adequadas, com eletricidade, água potável e instalações de saneamento”.

Para o Relator Especial sobre o direito à alimentação, Hilal Elver, que também integra o grupo de especialistas da ONU, “o furacão Maria eliminou a maior parte das plantações da ilha, sendo banana e café as mais atingidas. Por outro lado, a população enfrenta escassez imediata de alimentos, e no longo prazo, a destruição de toda a infra-estrutura agrícola”.

Como saída para a crise de Porto Rico, os especialistas pedem “às autoridades dos EUA e da ilha que retirem as barreiras regulatórias e financeiras que travam a reconstrução e recuperação”. Sobre a reconstrução, eles afirmam que “todos os esforços devem ser orientados com base nos padrões internacionais dos direitos humanos, garantindo que as pessoas possam reconstruir suas casas nas proximidades de suas comunidades, visando aumentar a resiliência das infra-estruturas, habitações e hospitais contra futuras catástrofes naturais”.

GABRIEL CRUZ